



Boletim WRM 254

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Janeiro / Fevereiro 2021

Diante de ameaças e imposições nas florestas, os povos defendem e retomam seus espaços de vida



Comunidade Karen realiza uma cerimônia tradicional para proteger sua floresta em 16 de dezembro de 2020. Foto: Prachatai

Nossa Opinião: Compensações: alimentando a ilusão de um capitalismo (sustentável) (verde) (neutro em carbono) (baseado na natureza) (de zero emissão líquida).....	2
A imposição de Parques Nacionais na Tailândia: A luta do povo indígena Karen por suas florestas e sua sobrevivência.....	5
“Gênero” na indústria de óleo de dendê e em seu selo RSPO.....	8
Equador: a certificação da carcinicultura industrial amplia a violação de direitos e a destruição dos manguezais.....	13
A luta dos indígenas Kinggo para defender a floresta tradicional de Papua.....	18
Resistência contra as plantações industriais de dendê na África Ocidental e Central.....	22
Mineração predatória na Venezuela: o Arco Mineiro do Orinoco, economias de enclave e o Plano Nacional de Mineração.....	26
Por que rejeitar a privatização de terras de ocupação tradicional e posse coletivo?.....	31

RECOMENDADOS

A floresta no Brasil à venda.....	34
Em busca dos unicórnios do carbono: o engano dos mercados de carbono e da emissão líquida zero.....	35
Várias organizações denunciam a UPM à ONU.....	35
Moçambique: Nossas vidas valem mais que gás!.....	35
Libéria: denunciadas violações de direitos e desmatamento que se mantêm há muito tempo.....	35
Malásia. Óleo de dendê e direito internacional: uma história de dois pesos e duas medidas.....	36

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos: Coordenadora Nacional para a Defesa do Ecossistema de Manguezais (C-CONDEM), Equador; Yayasan Pusaka Bentala Rakya (Bentala Raya Heritage Foundation), Indonesia; Observatório de Ecologia Política da Venezuela; e membros do Secretariado Internacional do WRM em estreita colaboração com vários aliados, sendo eles grupos de base nos diferentes países.

Diante de ameaças e imposições nas florestas, os povos defendem e retomam seus espaços de vida

Nossa Opinião

Compensações: alimentando a ilusão de um capitalismo (sustentável) (verde) (neutro em carbono) (baseado na natureza) (de zero emissão líquida)



Refinaria Shell Deer Park, Deer Park TX. Foto: Flickr/Roy Luck

Nas últimas três décadas, todos os tipos de adjetivos que *soam* amigáveis para com o meio ambiente foram acrescentados à palavra capitalismo (ou crescimento, ou economia). Por quê? Porque isso ajuda a transformar um problema estrutural em um desafio para o qual se pode prometer uma solução (técnica). As compensações são oferecidas como uma “bala de prata” que resolverá o problema climático sem prejudicar os lucros das empresas ou a queima de combustíveis fósseis. Essas compensações têm sido fortemente promovidas por algo que podemos chamar de uma verdadeira “indústria da conservação”, com a participação de ONGs conservacionistas como WWF e The Nature Conservancy (TNC), governos de muitos países industrializados, o setor financeiro, o Banco Mundial, e muitas empresas, inclusive nos setores de combustíveis fósseis e aviação.

A maioria das empresas poluidoras endossou a compensação como parte de seus planos climáticos para atingir emissão líquida zero. Em seus sites, empresas criminosas como as petroleiras Shell ou a Eni contam histórias sobre “compromisso com a proteção das florestas” e investimento em “soluções naturais”, enquanto planejam dar continuidade, ou mesmo aumentar, a extração de combustíveis fósseis muito além de 2050. Não há hipocrisia que pareça suficiente para proteger os lucros das empresas com a queima de combustíveis fósseis. Muitas empresas dos setores de aviação e alimentos também estão apostando em compensações para proteger seu modelo destrutivo de negócios. Os governos, enquanto isso, estão ocupados preparando a estrutura jurídica para essa panaceia ilusória da compensação.

Mais de 30 anos de ampla documentação, evidências e análises por parte de organizações comunitárias, redes de justiça ambiental, movimentos sociais e estudos acadêmicos expondo as falhas estruturais, as contradições e os interesses corporativos por trás da

ilusão de compensações estão sendo descartados para proteger os lucros das empresas!

Pior ainda – a ilusão da compensação vem sendo defendida recentemente pelo setor financeiro.

Mark Carney passou 13 anos no banco privado Goldman Sachs, foi presidente do Banco do Canadá e do Banco da Inglaterra, e agora é um investidor influente e enviado especial da ONU para ações climáticas e finanças. Em novembro de 2020, uma iniciativa privada liderada por Carney lançou um “Documento de Consulta” de 98 páginas sobre um projeto que visa aumentar os mercados voluntários de carbono. O documento menciona a palavra “compensação” 238 vezes e “energia de combustível fóssil” uma vez. (1) É uma ode aos mercados de carbono.

A iniciativa, chamada de “Força-tarefa para potencializar os mercados voluntários de carbono”, foi lançada em um momento conveniente. Muitas empresas destrutivas e poluentes, como Shell, Unilever, Tata Steel e BP, comprometeram-se a transformar suas cadeias de fornecimento em operações que produzam *emissão líquida zero*. Mas essa *emissão líquida zero* não significa emissão zero. A ideia de “líquida zero” depende do uso intenso de compensações, o que, por sua vez, significa que os combustíveis fósseis continuarão sendo queimados, enquanto as empresas se promovem como neutras em carbono, de emissão líquida zero, verdes, sustentáveis ou qualquer outro adjetivo que pode soar ambientalmente amigável, mas não gera nada além de destruição verde.

As empresas estão sendo estimuladas a agir por iniciativa do Larry Fink, o presidente da maior gestora de ativos financeiros do mundo, a BlackRock. Em janeiro de 2021, Fink anunciou na Carta Anual da empresa que a BlackRock espera que todas as empresas nas quais investe apresentem planos para atingir emissão líquida zero até 2050. (2) A BlackRock é uma grande acionista de empresas do agronegócio, dos setores imobiliário, de energia, mineração e outras, e seus administradores fazem parte dos conselhos de várias grandes organizações conservacionistas. (3)

É fundamental lembrar que as compensações *não* reduzem as emissões. Na melhor das hipóteses, as *compensações* deslocam essas emissões. Isso significa que, por exemplo, para atingir emissão líquida zero, uma empresa que emite dez toneladas de CO₂ no local *A* precisaria implementar ou comprar créditos de um projeto de compensação que absorva dez toneladas de CO₂ no local *B*, ou de um projeto de compensação que evite a emissão de dez toneladas de CO₂ que corriam o risco de ser liberadas no local *C*. Essa lógica ignora a singularidade de qualquer local. A compensação se baseia na falsa suposição de que a vida e as interconexões dos locais *A*, *B* e *C* podem ser substituídas, trocadas ou recriadas. Na maioria dos casos onde já foi usado, esse “deslocamento de emissões” foi um fracasso absoluto em termos climáticos. (4) O que é pior, como o WRM e outros denunciaram em inúmeras ocasiões, (5) a maioria dos projetos de compensação resultou em conflitos, concentração de terras, violência extrema e destruição de meios de subsistência e vidas de comunidades. Foram raras as ocasiões em que as pessoas afetadas diretamente pela imposição desses projetos foram devidamente informadas. Seus territórios e espaços de vida dos quais elas dependem foram destruídos, cercados ou fortemente contaminados.

A realidade das compensações está muito distante da ilusão que elas vendem. A compensação é uma ferramenta para as empresas continuarem lucrando com um sistema capitalista viciado em combustíveis fósseis. Isso também representa um grande negócio

para as ONGs conservacionistas, que se ocupam de oferecer terras sob sua gestão como compensação para as empresas mais sujas do mundo. Contudo, para as inúmeras comunidades cujos territórios estão dentro de áreas projetos de compensação ou para aquelas afetadas pela simples continuação das atividades voltadas ao lucro, isso significa destruição e violência. O recente interesse em compensações ameaça se transformar em apropriação de terras em grande escala.

É hora de redobrar os esforços, por um lado para expor a ilusão perigosa que é alimentada pela ideia da compensação mas, também, de apoiar as populações que dependem da floresta e as comunidades de camponeses que há muito usam e protegem suas terras, suas florestas e sua diversidade. No dia-a-dia de suas lutas contra a destruição por parte das empresas, elas não deixam se enganar pela lista – constantemente atualizada – de adjetivos que soam como se as empresas fossem verdadeiros amigos do meio ambiente, usados para disfarçar, fazer lavagem verde da destruição.

- (1) REDD-Monitor, Mark Carney's Taskforce on Scaling Voluntary Carbon Markets: The global financial elite's plan to profit from the climate crisis while maintaining business as usual for Big Oil, 2021, <https://redd-monitor.org/2021/01/26/mark-carneys-taskforce-on-scaling-voluntary-carbon-markets-the-global-financial-elites-plan-to-profit-from-the-climate-crisis-while-maintaining-business-as-usual-for-big-oil/>
- (2) BlackRock, Net zero: a fiduciary approach, 2021, <https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/blackrock-client-letter>
- (3) Focus on the Global South, Rogue Capitalism and the Financialization of Territories and Nature, 2020, <https://focusweb.org/publications/rogue-capitalism-and-the-financialization-of-territories-and-nature/>
- (4) The Corner House, Carbon Markets Are not Designed to Reduce Emissions, 2020, <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/carbon-markets-are-not-designed-reduce-emissions>
- (5) WRM, Mercantilização, REDD e outras falsas soluções, <https://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/mercantilizacao-da-natureza/>

A imposição de Parques Nacionais na Tailândia: A luta do povo indígena Karen por suas florestas e sua sobrevivência



Comunidade Karen realiza uma cerimônia tradicional para proteger sua floresta em 16 de dezembro de 2020. Foto: Wanpen Pajai / Globe

Em janeiro de 2021, o povo Karen de Bang Kloi voltou ao seu lar ancestral nas florestas de Kaeng Krachan, na Tailândia, após anos de expropriação e quase inanição. A criação do Parque Nacional de Kaeng Krachan, em 1981, também significou o início da expropriação daquele povo indígena. Desde então, eles lutam por seus direitos de viver em seus territórios originais. Além da situação insuportável que enfrentam na área para onde foram transferidos, a pandemia de Covid-19 deixou mais claro que voltar para casa era a única resposta para sua sobrevivência.

Agora, a situação nas florestas de Kaeng Krachan é, no mínimo, tensa. Enquanto as comunidades Karen se mobilizam em todo o país, as autoridades do Parque Nacional as denunciam por derrubarem áreas florestais, na tentativa de aprofundar o preconceito contra elas como destruidoras de florestas. Para o povo Karen, entretanto, voltar para casa não é apenas uma questão de sobrevivência. É também mais um esforço para restaurar sua vida cultural, sua identidade e sua dignidade.

Parques Nacionais = Expropriação e Violência

O povo Karen de Bang Kloi pratica a rotação de cultivos há gerações – plantando em uma área e depois passando à próxima, dando tempo para que o solo se reabasteça – junto com a pesca e a coleta de alimentos. Bang Kloi está situada em uma área de 2.915 km² do que hoje é o Parque Nacional de Kaeng Krachan, uma grande floresta ao longo da fronteira com Mianmar. Desde a designação do Parque Nacional, ocorrem conflitos recorrentes entre os indígenas Karen e as autoridades estaduais.

O Departamento Tailandês de Parques Nacionais, Vida Selvagem e Conservação de Plantas acusa as comunidades Karen de serem invasoras ilegais. Suas práticas de rotação de cultivos são criticadas como uma forma de desmatamento, embora tenham mantido a saúde da floresta de Kaeng Krachan por gerações.

Uma grande virada aconteceu em 1996, quando os funcionários do Parque Nacional queriam tirar os indígenas Karen das florestas. Na época, 57 famílias Karen que viviam em Bang Kloi, em um total de 391 pessoas, foram transferidas para áreas mais baixas, em Ban Pong Luek-Bang Kloi. Depois que as promessas de lotes de terra foram descumpridas, muitas voltaram para seus territórios ancestrais.

Em 2011, o então chefe do Parque, Chaiwat Kimlikitaksorn, liderou um grupo de soldados armados e guardas florestais que incendiou casas e celeiros de arroz dos Karen, acusando-os de envolvimento com drogas e invasões ilegais. Eles danificaram 98 casas, e isso foi divulgado na Tailândia como uma operação contra ameaças à “segurança nacional”.

Com medo, os moradores da floresta fugiram de volta à aldeia de reassentamento, o que foi seguido por mais violência, assassinatos e ameaças.

Quando o defensor dos moradores da floresta, Tatkamon Ob-om, expôs o que realmente aconteceu em Bang Kloi, ele foi morto a tiros. O então chefe do parque foi preso, mas acabou libertado porque a arma não foi encontrada.

Além disso, Porlajee Rakchongcharoen, conhecido como “Billy”, um jovem ativista Karen em defesa dos direitos territoriais do seu povo, e que ajudou Bang Kloi Karen a prosseguir com uma ação contra Chaiwat e foi testemunha-chave no caso judicial, desapareceu misteriosamente em 2014, após ser detido por Chaiwat e guarda-parques por coletar mel silvestre.

Duas testemunhas que disseram que Billy havia sido libertado por Chaiwat depois de uma prisão breve acabaram confessando que os funcionários do parque lhes haviam dito para mentir. Cinco anos depois, em 2019, o Departamento de Investigação Especial encontrou fragmentos do crânio de Billy em um tambor de óleo perto da sede do Parque. Mas Chaiwat não foi acusado, sob a alegação de que não havia provas suficientes.

Enquanto isso, o Supremo Tribunal Administrativo decidiu que as autoridades do Parque infringiram a lei incendiando as casas dos indígenas Karen e destruindo seus pertences. O tribunal também disse às autoridades que, se o povo Karen vivia na floresta antes de a área se tornar um Parque Nacional, seus direitos à terra deveriam ser respeitados. Mas as autoridades florestais fizeram ouvidos moucos, e as expulsões na floresta continuaram, enquanto Chaiwat era promovido.

Em resposta à decisão do Tribunal, o Departamento de Parques Nacionais, Vida Selvagem e Conservação de Plantas promulgou uma Lei de Parques muito mais violenta. Em 2019, a lei foi aprovada às pressas na Assembleia Legislativa Nacional instalada pelos militares, pouco antes de ela ser dissolvida.

A nova Lei de Parques Nacionais torna os funcionários dos parques mais poderosos do que soldados sob um decreto de emergência. Isso significa, entre outras coisas, que eles podem entrar e destruir as casas dos habitantes das florestas a qualquer momento, citando a urgência, sem necessidade de investigar nada. Além disso, a pena máxima de prisão para “invasores da floresta” foi aumentada para 20 anos, e eles também podem enfrentar multas de até dois milhões de bahtes (mais de 65 mil dólares). Insistindo em que as florestas devem ser “livres de seres humanos”, a lei coloca na ilegalidade milhões de pessoas que vivem nelas há gerações.

Consequentemente, as comunidades Karen enfrentam constantes ações na justiça, com acusações de invasão, forçando-as a se mudar à medida que a terra é consumida nos territórios dos Parques Nacionais.

Sem perder a esperança e a força para lutar por suas florestas, em agosto de 2020, os indígenas Karen de Bang Kloi enviaram uma carta à Força-Tarefa Estratégica de Recursos Naturais e Conservação Ambiental, que levou o Assessor da Força-Tarefa a visitar a área e ouvir as comunidades. Foi revelado como os moradores têm sofrido com a falta de terras e o acesso extremamente difícil a qualquer meio de subsistência. Mas não houve nenhum avanço depois disso.

Em 8 de dezembro de 2020, o povo Karen de Bang Kloi enviou uma carta ao Ministro de Recursos Naturais e Conservação Ambiental, na esperança de uma ação concreta para resolver seus problemas, mas não houve resposta.

Como resultado, e depois de muitas tentativas de restaurar seus direitos a viver em seu território, em 9 de janeiro de 2021, membros da comunidade de Bang Kloi retornaram ao seu lar ancestral, após terem sido expulsos à força em 1996 e 2011, para praticar sua rotação de cultivos. Outra razão essencial para voltar foi realizar um ritual para o espírito do líder Karen, o Vovô Ko-I, que nasceu na floresta Kaeng Krachan em 1912. Era essencial que seus descendentes usassem o arroz de lá para alimentar as pessoas que participaram na cerimônia. Isso faria com que o espírito do Vovô Ko-I ascendesse de acordo com sua crença.

Apesar desses conflitos e da violência, o governo da Tailândia está planejando enviar a última solicitação para dar ao Parque Nacional de Kaeng Krachan o status de Patrimônio Mundial em meados de 2021 – o que já foi adiado devido aos conflitos com os Karen.

É hora de o povo Karen de Bang Kloi readquirir o direito de retornar e viver em seu território. Eles não estão apenas lutando por um pedaço de floresta para viver; eles lutam por justiça e dignidade.

Referências

- Vídeo sobre a luta de Vovô Koi e do povo Karen nas florestas de Kaeng Krachan, (em tailandês, com legendas em inglês)

<https://drive.google.com/file/d/1DlrcSwx1cswxly4kQJdzg7jfbVnPsRCf/view>

- Declaração pública – Restaurem os direitos e a dignidade humana do grupo étnico Karen de Bang Kloy, que deseja retornar a Bang Kloy Bon e Jai Pandin <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2021/03/Public-Statement-Restore-rights-and-human-dignity-of-Bang-Kloy-ethnic-Karen.pdf>

- Bangkok Post, Last-ditch fight against forest tyranny, fevereiro de 2021,

<https://www.bangkokpost.com/opinion/opinion/2060315/last-ditch-fight-against-forest-tyranny>

- Globe, As Thai forest aims for UNESCO status, Karen community pushed to the margins,

<https://southeastasiaglobe.com/karen-kaeng-krachan-unesco/>

“Gênero” na indústria de óleo de dendê e em seu selo RSPO



Trabalhadoras carregam cargas pesadas de fertilizantes em uma plantação de óleo de palma em Sumatra, Indonésia. Foto: AssociatedPress (AP) / Binsar Bakkara

A magnitude da exploração e da discriminação das mulheres na indústria do óleo de dendê se tornou difícil de negar. As empresas responderam com a inclusão de políticas e diretrizes específicas de gênero em suas operações, bem como seu esquema de certificação – a Mesa Redonda para o Óleo de Palma (Dendê) Sustentável (RSPO) –. Mas, se o modelo de plantações, em si, é considerado violento, destrutivo, estruturalmente racista e patriarcal, seria possível essas políticas específicas de gênero fazerem mais do que encobrir essa violência e essa destruição? Como essas políticas se desdobram nesse contexto?

As empresas de plantações de dendê elogiam seus próprios programas para as mulheres e políticas de oportunidades dadas às mulheres. Por exemplo, em sua chamada Política de Paisagens Vivas, a multinacional Olam afirma que todos os fornecedores devem alcançar “igualdade de gênero, igualdade de acesso e empoderamento das mulheres”, bem como ter suas operações em “total conformidade com as leis nacionais e internacionais relevantes, incluindo aquelas referentes aos direitos humanos e trabalhistas”. (1) No entanto, as mulheres que vivem dentro e próximo das plantações de dendê da Olam no Gabão contaram uma história diferente ao WRM: “... não podemos mais andar sozinhas; como mulheres, precisamos andar em grupos por causa do risco de sermos agredidas por funcionários ou seguranças da empresa. Já não nos sentimos seguras perto das nossas aldeias. Definitivamente, há um aumento do abuso”.

A transnacional de plantações Socfin defende sua “política de gênero” em Serra Leoa, dizendo que cerca de um quarto de seus empregados permanentes são mulheres, e prossegue afirmando que estabeleceu políticas “para proteger o trabalho delas” e criou um “comitê de gênero” para “discutir suas questões e reclamações”. (2) A RSPO já deu seu selo de aprovação a muitas plantações da Socfin, e a empresa está tentando obter a certificação de suas operações em Serra Leoa.

Em contraste com essas declarações da empresa, uma mulher que enfrenta os impactos da Socfin em Serra Leoa disse ao WRM, em dezembro de 2020, que “a empresa se aproveita

do trabalho das mulheres de muitas maneiras... Quando ela já tomou posse da terra, na maioria das vezes, as mulheres ficam sem outra opção de trabalho ... E não são bem pagas. As empresas sabem muito bem que as mulheres não têm outra opção, por isso decidem quanto pagar e até como tratá-las. As mulheres têm que vir de lugares muito distantes, todos os dias, para trabalhar e depois voltar, em caminhadas muito longas, expondo-se à violência ... os desafios são muitos”. (3)

Uma lista de testemunhos de mulheres denunciando as muitas camadas de destruição e violência que essa indústria significa para elas seria interminável. Uma delas disse: “Mesmo se você já estiver trabalhando há um mês, mas se recusar a dormir com o chefe ou supervisor, você não vai receber o pagamento, seu nome desaparecerá da lista ou você receberá muito menos do que o prometido ou devido”. Uma jovem liberiana descreveu a realidade na plantação onde trabalhava: “Eu trabalho duas vezes por semana e, durante esses dois dias, o chefe toca o tempo todo nos seios e nas nádegas das mulheres, inclusive eu.” Uma trabalhadora da Guatemala disse: “Muitas vezes, os capatazes das plantações chantageiam as mulheres, oferecendo trabalho em troca de sexo; se elas não concordam em dormir com eles, os capatazes não dão emprego a elas.” Outros relatam que “têm que dormir com os chefes ou supervisores antes de vender sua comida aos trabalhadores”. (4)

Na África Ocidental e Central, as plantações industriais de dendzeiros também se tornaram uma ameaça a seu cultivo e usos tradicionais praticados pelas mulheres. A resistência contra essas plantações também se transforma na luta das mulheres por sua independência econômica. Quando as mulheres se manifestam, as empresas se utilizam dos papéis culturais atribuídos a elas para marginalizá-las. Por exemplo, conforme exposto na brochura “12 táticas que as empresas de óleo de dendê usam para tomar terras de comunidades”, (5) as empresas comentam aos chefes e familiares que “o negócio da mulher é cuidar da casa e cozinhar, e não criticar a empresa”. Essas empresas tentam fazer com que os homens da família se sintam envergonhados e constrangidos pelo fato de suas esposas, filhas ou irmãs estarem agindo. Como resultado, toda a família e, às vezes, uma grande parte da comunidade, pressionará as mulheres para que parem de protestar contra a empresa.

A realidade é que, onde quer que essas plantações se expandam na África, Ásia e América Latina, as mulheres que vivem dentro ou perto das plantações industriais de monocultura de dendê enfrentam um aumento de abusos semelhantes, como (6):

- **estupro e tortura** dentro ou perto das plantações, com os autores geralmente saindo impunes;
- **detenções ou buscas violentas**, alegando que houve roubo de frutos ou óleo de dendê das plantações da empresa. Isso vem junto com a retirada ou a destruição da produção tradicional de óleo das mulheres, principalmente na África, onde elas o produzem há gerações. Essas acusações são amplamente falsas e, o mais importante, ilegítimas, porque foram as empresas que roubaram terras das comunidades;
- **seguranças entrando em suas casas** durante a noite, supostamente em busca de frutos ou óleo de dendê, e submetendo as mulheres a espancamentos, abusos e prisões;
- **perda de terras, florestas e fontes de água**. As mulheres são forçadas a percorrer longas distâncias para encontrar terras cultiváveis, muitas vezes por muitos quilômetros e cruzando plantações, o que expõe mulheres e meninas ao risco estupro, agressão ou revistas violentas;
- ficar **sem terra** e ser **forçadas a vender sua mão de obra** às empresas de plantação;
- ser **forçadas a trocar sexo por trabalho**;

- graves **problemas de saúde devido a tarefas perigosas e abusivas** no trabalho, principalmente na aplicação de pesticidas. Mulheres e homens que trabalham nas plantações de dendzeiros descreveram as condições de trabalho como semelhantes à escravidão. Na Indonésia, mulheres e crianças costumam ser obrigadas a trabalhar de graça para ajudar os homens a cumprir as metas de produção que a empresa estabelece como condição para que recebam o salário integral do dia;
- enfrentar a **destruição do tecido cultural e social** da vida de suas comunidades.

Nenhuma dessas realidades aparece nos belos folhetos das empresas ou em seus sites na internet. A violência sexual, o abuso e o assédio às mulheres como resultado das grandes plantações raramente são mencionados, mesmo durante as reuniões das comunidades ou em relatórios acadêmicos ou de ONGs. Normalmente, a magnitude chocante dessa realidade só aparece quando as mulheres se encontram. Nessas conversas, fica claro que a violência e o abuso sexuais fazem parte do modelo de grandes plantações. (7) O patriarcado estrutural inerente ao modelo geralmente é oculto e reduzido a uma expressão vaga e muito usada: “impactos diferenciados”.

Em resposta, um vídeo lançado em 25 de novembro de 2020, Dia pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, condena esse assédio e essa violência sexual como mais uma prática comum na indústria de plantação de dendzeiros, afetando tanto as trabalhadoras quanto as mulheres que vivem nas comunidades vizinhas. (8)

RSPO significa abuso de longa duração

A RSPO é o sistema de certificação voluntária mais usado por empresas de óleo de dendê. É uma parceria entre essa indústria e algumas ONGs – com o WWF ocupando um papel muito importante. Ela fornece um selo de “sustentável” aos produtores de óleo de dendê, com base em um conjunto de princípios e critérios aprovados por seus membros. O que a RSPO **não** faz é questionar a quantidade de grilagem de terras, poluição, violação dos direitos das comunidades e dos trabalhadores, e a violência generalizada que está embutida nessa indústria. A RSPO facilita a expansão contínua do modelo de plantações industriais de dendê, ao mesmo tempo que o certifica como “sustentável”.

Um dos padrões da RSPO é promover a “igualdade de gênero”. Assim, uma empresa precisa cumprir os seus princípios e critérios definidos em 2018 para receber a certificação. (9) Os princípios relacionados a “subsistência sustentável e redução da pobreza” exigem que “todos os envolvidos na produção de óleo de dendê tenham oportunidades iguais para cumprir seu potencial no trabalho e na comunidade com dignidade e igualdade, e em um ambiente saudável de trabalho e vida”. Um comitê de gênero deve “aumentar a conscientização, identificar e abordar questões preocupantes, bem como oportunidades e melhorias para as mulheres”, e é necessário que “não haja assédio nem abuso no local de trabalho” e que os direitos reprodutivos sejam protegidos. Isso deveria garantir “trabalho seguro e decente”, bem como respeito aos direitos humanos. O documento de 2018 segue dando “orientações” sobre cada um de seus princípios e critérios. Em relação ao comitê de gênero, a orientação pede “programas voltados a questões específicas enfrentadas pelas mulheres, como violência e assédio sexual no local de trabalho”, e diz que o comitê “deve incluir representantes de todas as áreas de trabalho [e] irá considerar assuntos como: formação em direitos das mulheres; aconselhamento para mulheres afetadas pela violência; creches a ser fornecidas pela unidade de certificação; amamentação até nove meses antes

de retomar as tarefas de pulverização ou uso de substâncias químicas; e intervalos específicos para uma amamentação eficaz”.

As mulheres, entretanto, tendem a ficar restritas a trabalhos de baixa remuneração, árduas e degradantes, incluindo a pulverização de pesticidas – tarefas extremamente perigosas para as mulheres e sua saúde reprodutiva.

Além disso, a RSPO tem um Grupo de Trabalho em Direitos Humanos – incluindo um subgrupo específico para gênero – que deveria garantir a implementação dos princípios e critérios da RSPO relevantes para a proteção e o respeito aos direitos humanos. (10) O Grupo de Trabalho é formado pelas empresas multinacionais Sime Darby, Agropalma Group, Wilmar, Bunge, Unilever, Kellogg’s e o banco holandês ABN-AMRO, juntamente com a ONG Solidaridad, e é copresidido por representantes da Cargill e da Oxfam Novib. Considerando que as corporações dominam o Grupo de Trabalho em uma proporção de quatro a um, talvez não seja surpreendente que, apesar das palavras bonitas e das políticas aparentemente rígidas, as mulheres continuem enfrentando abusos, assédio e violência nas plantações de dendê, sejam elas certificadas pela RSPO ou não.

É fundamental perguntar como pode um Grupo de Trabalho em Direitos Humanos de um esquema de certificação que afirma garantir a “produção ética” de óleo de dendê nem mesmo se preocupar em incluir oficialmente em sua organização estrutural qualquer voz de grupos locais ou comunidades afetadas? E, ainda mais importante, esse Grupo de Trabalho não deveria excluir qualquer participação das empresas que estejam sendo certificadas? A resposta a essas perguntas reside no fato de a RSPO ter sido criada pelas próprias empresas para permitir que essa indústria continue e se expanda e, portanto, beneficiar sobretudo as empresas que certifica.

Uma declaração de uma reunião da Aliança Informal contra as Plantações Industriais de Dendê na África Ocidental e Central, de 2019, diz: “As mulheres e meninas nessas áreas de plantação sofrem as mais profundas injustiças e desigualdades. Sua dignidade é violada e elas sofrem exploração humana diariamente. Desde a obrigação de cumprir cotas na coleta de dendê até favores sexuais exigidos pelos seguranças das empresas que as acusam de levar os frutos caídos das plantações, elas sofrem as mais graves humilhações, muitas vezes em silêncio”. (11)

Além disso, um artigo publicado em 2020 por dois jornalistas da Associated Press (AP), que documenta o abuso sexual, o assédio e o estupro de mulheres e meninas em plantações de dendê na Malásia e na Indonésia, ressalta que essa violência atinge várias regiões. Os jornalistas observam que “nas quase 100 queixas apresentadas [à RSPO] na Indonésia e na Malásia na última década, ... as mulheres quase nunca são mencionadas”. (12) No entanto, eles revelam como os autores de estupros e assédios em plantações que fornecem óleo de dendê às cadeias de suprimento de alguns dos maiores nomes da indústria da beleza, uma indústria que movimenta US\$ 530 bilhões, estão impunes. Esses “abusos trabalhistas ocorrem regularmente em toda a indústria”, eles escrevem, inclusive em plantações que ostentam o selo verde da RSPO.

Portanto, a RSPO está ajudando as empresas de plantação de dendezeiros a fazer não apenas lavagem verde em suas operações destrutivas, mas também, como os movimentos feministas chamam, uma “lavagem roxa” em suas operações. O autor e ativista Larry Lohmann descreve como os documentos empresariais de “política de gênero” nunca

questionam por que a violência física e sexual contra as mulheres é um aspecto tão sistêmico dessa indústria. Em vez disso, esses documentos estão sendo usados por empresas de plantação e seus esquemas de certificação para conter e enfraquecer movimentos feministas e as lutas lideradas por mulheres, apenas dando uma coloração diferente a um patriarcado subjacente.

Mais uma vez, as vozes das mulheres cujas terras foram ocupadas por plantações industriais de dendezeiros confirmam que, ao contrário da propaganda das empresas, com suas políticas específicas de gênero que afirmam beneficiar e melhorar a vida das mulheres em toda a indústria, a indústria do óleo de dendê traz violência, desespero e abusos.

Que vozes você vai ouvir agora?

(1) Olam Living Landscapes Policy, abril de 2018,

https://www.olamgroup.com/content/dam/olamgroup/sustainability/policies-codes-and-standards/living-landscapes-policy/living-landscapes-policy-pdfs/Olam-Living-Landscapes-Policy_English.pdf

(2) SOCFIN Group, resposta da Socfin a “Draft report extracts made available to Socfin before publication – Provisional title: Land Conflict in Malen –Analysis and lessons learned from a human perspective,” da Fian: https://www.business-humanrights.org/sites/default/files/documents/2019-01-09-Socfin-response-to-Fian_Final.pdf, p. 5.

(3) Boletim 253 do WRM, Exploração sexual e violência contra as mulheres na raiz do modelo de plantações industriais, 2020, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/exploracao-sexual-e-violencia-contra-as-mulheres-na-raiz-do-modelo-de-plantacoes-industriais/>

(4) Rompendo o silêncio: Violência contra as mulheres dentro e em torno de dendezeiros e seringueiras, <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/rompendo-o-silencio-violencia-contra-as-mulheres-dentro-e-em-torno-de-dendezeiros-e-seringueiras/>

(5) Promise, Divide, Intimidate, Coerce. 12 tactics palm oil companies use to grab community land, p. 40, Tactic 7: Exclude and marginalise women; the violence against women that companies never talk about, https://www.grain.org/system/articles/pdfs/000/006/171/original/PDIC_EN_contents_final_pages_v5.pdf?1552569214

(6) Boletim 236 do WRM, Sob a sombra das palmeiras em Camarões: uma leitura dos abusos sofridos pelas mulheres, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/cobertas-sob-a-sombra-das-empresas-de-palmeiras-em-camaroes-uma-recontagem-dos-abusos-sofridos-pelas-mulheres/>

(7) Idem (5)

(8) Vídeo: A violência e o abuso sexual contra mulheres em plantações industriais de dendê DEVEM ACABAR, <https://wrm.org.uy/pt/videos/video-a-violencia-e-o-abuso-sexual-contra-mulheres-em-plantacoes-industriais-de-dende-devem-acabar/>

(9) RSPO, Princípios e Critérios, 2018, [https://www.rspo.org/file/RSPO%20Criteria%20Final%20Guidance%20with%20NI%20Document%20\(Portuguese\).pdf](https://www.rspo.org/file/RSPO%20Criteria%20Final%20Guidance%20with%20NI%20Document%20(Portuguese).pdf)

(10) RSPO, Human rights and social standards, <https://www.rspo.org/human-rights-and-social-standards>

(11) Relatório de reunião, Informal Alliance Against Oil Palm Plantations in West and Central Africa, Costa do Marfim, 2019

(12) Mason M. e McDowell R., *Rape, Abuses in palm oil fields linked to top beauty brands*, Associated Press, novembro de 2021, <https://apnews.com/article/palm-oil-abuse-investigation-cosmetics-2a209d60c42bf0e8fcc6f8ea6daa11c7>

Equador: a certificação da carcinicultura industrial amplia a violação de direitos e a destruição dos manguezais



Território da Comunidade. Nosso Manguezal, Nossa Vida! Ref: C-Condem

O camarão de cativeiro é considerado um produto estratégico dentro do plano nacional do governo do Equador. Essa indústria era uma atividade ilegal até 2008, quando o governo iniciou um processo de regularização, praticamente entregando a propriedade de milhares de hectares de manguezais a empresários do camarão. Esse impulso permitiu que, em 2019, as exportações de camarão industrial representassem a segunda receita de exportação do Equador, depois do petróleo.

Está comprovado que a instalação de grandes fazendas de camarão causa profunda destruição de manguezais e violação dos direitos das comunidades coletoras e pescadoras em estuários de mangue, incluindo seu deslocamento violento.

A Coordenadora Nacional para a Defesa do Ecossistema de Manguezais (C-CONDEM) elaborou em 2007 o relatório *Certificando a destruição* (1), com denúncias de uma série de violações que estão na base da carcinicultura (criação de camarões) industrial. O relatório mostra a destruição de manguezais entre 1969 e 1999, com a instalação de tanques ou fazendas de camarão. Em 2018, havia 1.481 empresas de camarão distribuídas entre 230 mil e 260 mil hectares. A destruição continua até hoje, e as descargas de água contaminada não pararam, conforme os depoimentos de coletores e pescadores dos estuários de mangue, obtidos no Golfo de Guayas, em 2019, e nas províncias de Esmeraldas e Manabí, em 2020.

Desde 2000, essa indústria busca novos nichos de mercado por meio de certificações orgânicas, como a alemã Nathurland, que desenvolve padrões para o camarão orgânico destinado ao mercado europeu. Apesar de ter sido verificado o corte de florestas de manguezais para instalação de fazendas de camarão e violação dos direitos das comunidades coletoras e pescadoras, os produtores orgânicos foram homologados no Equador em 2002. Hoje, a indústria acessa pelo menos nove certificações que supostamente garantem processos de produção que seriam ambiental e socialmente “responsáveis”.

A regularização da indústria do camarão: uma sentença de morte para os manguezais

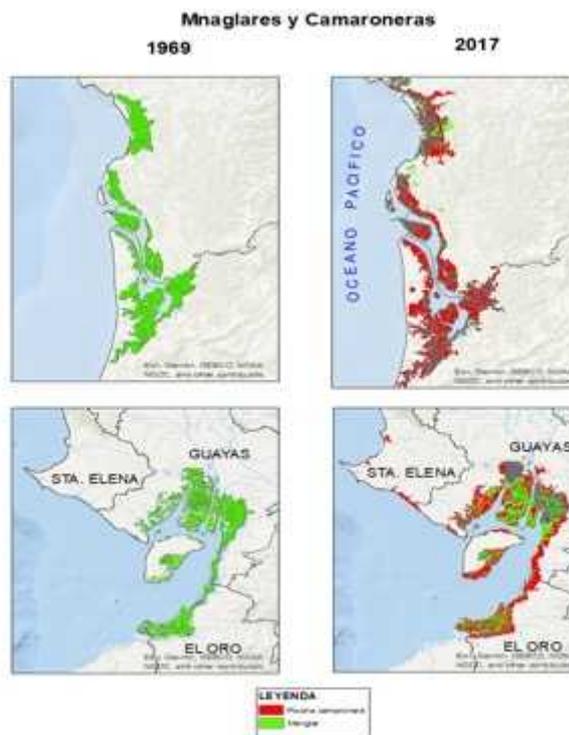
Até 2008, a indústria do camarão se desenvolvia sem alvarás de instalação ou funcionamento, sem qualquer espécie de arrendamento ou propriedade sobre os territórios ocupados, nem qualquer controle sobre o uso da água e o descarte de resíduos. Além disso, houve o reconhecimento público de que essa indústria foi estabelecida com a destruição de grandes áreas de manguezal.

Em 2008, o então presidente do Equador, Rafael Correa, expediu o Decreto Executivo 1391, sobre a “regularização” da carcinicultura industrial, com o argumento de ordenar a atividade e gerar receita para o Estado. Políticas agressivas de investimento, grandes incentivos econômicos e a certificação de uma produção supostamente “sustentável” fortaleceram as exportações de camarão.

Assim, um canetaço revogou a legislação que historicamente deveria proteger os manguezais e os direitos das comunidades, legalizando a impunidade. Os prazos de regularização foram ampliados por, no mínimo, cinco anos além do estabelecido anteriormente, e as exigências foram flexibilizadas para se adequar às demandas do setor.

Por trás desse processo de regularização, milhares de hectares de manguezais ocupados ilegalmente durante várias décadas por empresas de carcinicultura industrial foram entregues às mesmas empresas infratoras. Essa regularização também esconde um longo histórico de violação dos direitos dos povos do mangue, que permanece impune e é até venerado, pois a imagem que o governo transmite é a de uma indústria que cumpre as normas ambientais e sociais e contribui para a economia do país.

Nem a exigência de reflorestamento prevista no Decreto sobre o acesso ao processo de regularização está sendo cumprida. O decreto indica que, quando uma empresa ocupa de 1



Mapa comparativo de manguezais, fazendas de camarão em manguezais, 1969/2017. Ministério da Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca (MAGAP)/C-CONDEM

a 10 hectares, 10% devem ser reflorestados com manguezais; de 11 a 50 hectares, 20%; de 51 a 250 hectares, 30%.

Membros das comunidades testemunharam que as empresas buscaram locais fora da área de seus reservatórios para realizar o suposto reflorestamento de manguezais. Algumas empresas chegaram a comprar áreas de mangue que haviam sido reflorestadas pelas comunidades em outros projetos.

Em 2017, foi aprovado o Código Orgânico do Meio Ambiente do Equador, que ratifica que o manguezal é um bem do Estado e, portanto, um bem comum, excluído de qualquer tipo de posse ou apropriação. No entanto, fica aberta a possibilidade de a autoridade da pesca fazer “concessões”, que são a forma como esse território tem sido historicamente privatizado.

Em 2019, o defensor dos manguezais Federico Koeller, da fundação Cerro Verde, na cidade de Guayaquil, indicou que o corte da floresta de mangue e a ampliação dos tanques de camarão não pararam no Golfo de Guayas: “... já denunciemos vários cortes de mangue dentro do Golfo nos últimos anos, mas não há resposta das autoridades, (...) [que] realizam inspeções em conjunto com as organizações, mas nunca se chega a um relatório e, muito menos, a alguma sanção”. As comunidades de coletores e pescadores são afugentadas por um sistema desleal, baseado no medo, que tenta incriminá-las ou, pelo menos, dar a entender que são suspeitas dos roubos a fazendas de camarão.

Os tanques de camarão do Golfo de Guayas têm guardas armados, contratados por empresas de segurança. Em 2012, foram emitidas licenças para que o setor de carcinicultura portasse armas de fogo, “como parte do plano de segurança, para evitar roubos e assaltos”, disseram as autoridades. Nesse contexto, coletores e pescadores enfrentam uma situação de violência ainda mais dura. “Agora eles se consideram donos dos manguezais, nos mostram papéis que dizem ser seus títulos de propriedade e têm o apoio do governo, que coloca militares e marinheiros à sua disposição para fazer os controles...”, comentaram membros da comunidade do Golfo em 2019.

É necessário compreender as condições de violência nessas áreas, em um contexto de desapropriação sistemática dos territórios das comunidades coletoras e pescadoras e, portanto, de perda de renda e sustento alimentar por parte dessas populações. As condições de empobrecimento de quem mora no entorno dos tanques, mesmo dos que possuem certificados, são as mesmas de uma década atrás. No cantão (subdivisão de província) de Guayaquil, por exemplo, localizado na província de Guayas, onde se concentra a maior produção do setor, os níveis de pobreza por Necessidades Básicas Insatisfeitas são de 47%.

No entanto, para impulsionar sua atividade predatória, as empresas de camarão recebem créditos e subsídios de bancos públicos nacionais e internacionais, como a Corporação Financeira Internacional (IFC), agência do Banco Mundial para o setor privado. A indústria também se beneficia de um seguro especial para o setor, programas de eletrificação subsidiados pelo Estado e isenção de impostos.

A isso deve ser acrescentada a atuação permanente para a abertura de mercados. Desde 2014, o Equador e a União Europeia negociam um acordo comercial que beneficia essa indústria com mais acesso aos mercados europeus. Em 2016, as duas partes assinaram um

Acordo Comercial ratificando condições tarifárias preferenciais para a exportação de camarão produzido em tanques, entre outros itens.

O principal argumento para proporcionar grandes benefícios a essa indústria é a geração de empregos. A área atual coberta por tanques industriais de camarão é de 250 mil hectares. Comparando esse valor com a geração total de empregos no setor, a proporção seria de um emprego para cada hectare ocupado, bem abaixo do que um hectare de mangue representa para as famílias que vivem juntos aos estuários. Um trabalhador do Golfo de Guayas disse em 2019: “Nós trabalhamos em três pessoas nesta fazenda de camarão: o bombeiro, o administrador e o guarda. O salário médio de cada um é de 400 dólares, mas é um trabalho de 24 horas, não temos contrato, e podemos ser demitidos a qualquer momento”.

As empresas de embalagem geralmente contratam mulheres para cuidar e limpar o camarão. “Uma mulher pode ganhar até 12 dólares em cerca de quatro horas, se descascar 45 ou 55 quilos de camarão, pois pagam 0,20 centavos por quilo. O trabalho acontece em cada maré, ou seja, a cada oito dias você consegue meio dia de trabalho; depende de haver colheita. Tem que haver o suficiente, porque muitas mulheres oferecem seu trabalho” (depoimento de mulheres coletoras e pescadoras da área de Puerto Bolívar, província de El Oro, 2019).

A maquiagem da certificação: a empresa Omarsa

Desde 2000, as certificadoras de camarão iniciaram um processo de consolidação. Atualmente, é possível identificar pelo menos nove delas atuando na carcinicultura industrial do Equador. (2)

Entre 2008 e 2018, uma das maiores empresas do setor, a Omarsa, aproveitou a regularização promovida pelo governo. Essa “regularização” permite, entre outras coisas, obter as certificações. A Omarsa conseguiu oito certificações.

Localizada na província de Guayas e de propriedade da família Banoni, possui atualmente 3.735 hectares de tanques e controla a cadeia nacional e internacional de produção, beneficiamento e comercialização de seu produto.

Em seu site, a empresa indica que reflorestou 98 hectares de manguezais, o que significa 3,3% da ocupação total de seus reservatórios, em vez dos 30% exigidos pelo decreto. Com seus 3.375 hectares, deveria ter recuperado pelo menos 1.000 hectares de mangue.

A Omarsa diz gerar 6.391 empregos em toda a cadeia produtiva (ou seja, do cultivo à exportação). Parece um número grande, mas se esse número for relacionado à quantidade de hectares de mangue ocupados pela empresa, determina-se que a geração de empregos é de apenas 1,71 por cada hectare ocupada.

Em relação à sua produção “ambientalmente sustentável”, a empresa diz não usar produtos químicos para o cultivo e a criação do crustáceo, mas não informa outros dados, como:

- Gestão da água: não se sabe se é tratada ou analisada quanto à qualidade, antes de ser devolvida dos tanques aos estuários.
- Reflorestamento de 98 hectares: não indica nenhum manejo integrado, voltado à restauração do sistema de manguezais, que implique reprodução da biodiversidade, qualidade das dinâmicas hídricas, descontaminação do substrato, entre outras coisas.

- Alimentação à base de farinha de peixe: peixes pelágicos, de valor alimentar para as comunidades coletoras e pescadoras, acabam sendo convertidos em toneladas de farinha para a indústria do camarão.

Em relação à responsabilidade social, a empresa indica três projetos que, pelo que se conclui a partir de seu site, são financiados com contribuições externas (doações). O primeiro é *Água para a comunidade*, sobre uma cisterna para extração de água subterrânea na comunidade de El Zapote, beneficiando 100 habitantes. Também entrega água à comunidade de Cerrito de los Moreños, localizada no Gofo de Guayas, beneficiando 600 habitantes. *Oficina de costura* está em um bairro próximo à sua fábrica de beneficiamento na província de Guayas, e a meta do projeto é dar formação a 25 mulheres. Por fim, *Reconstrução de moradias* busca restabelecer as casas de 25 trabalhadores no total, considerados em pior situação socioeconômica.

O acesso à água e à moradia são deveres que o Estado deve garantir para o bem-estar de seus habitantes. Quando não os cumpre, as empresas aproveitam essa situação precária, procurando melhorar a sua imagem e desviar a atenção dos reais impactos de sua atividade industrial.

Doze membros de comunidades entrevistados no Golfo de Guayas, no final de 2019, disseram desconhecer os projetos de responsabilidade social e ambiental da empresa. Em suas áreas de concessão, não se identificou nenhum membro da comunidade que tivesse participado do reflorestamento de manguezais. Dois moradores da comuna Cerrito de los Morreños confirmaram que a empresa “dá água quando eles transferem água para os tanques”. Nenhuma pessoa com quem conversamos sabe como ocorreu o processo de certificação, muito menos conhece as certificadoras e seus padrões. Isso mostra a absoluta falta de participação no processo por parte das comunidades afetadas.

É nesse quadro que a Omarsa obteve oito certificações, entre elas, a do Conselho de Administração da Aquicultura (ASC, na sigla em inglês), iniciada pela ONG WWF, que, por sua vez, promove os chamados Diálogos da Aquicultura desde 2004.

Ao contrastar os padrões da certificadora com a realidade do entorno dos tanques de camarão no Equador – marcada pela violação permanente dos direitos humanos e da natureza, que se sobrepõem a uma aparente “legalidade” – torna-se necessário demonstrar o tipo de maquiagem que essas certificadoras trazem para uma indústria predatória. As empresas certificadas apresentam o discurso da “sustentabilidade” sem considerar que, no sistema biodiverso dos manguezais, devastado em mais de 70%, é impossível que uma monocultura industrial contribua para sua recuperação integral.

Para obter mais informações, consulte o relatório C-Condem, “Cómo la certificación ambiental y social encubre la violación de derechos humanos y de la naturaleza en Ecuador”, agosto de 2020: <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2021/03/C-Condem-Ecuador-Certificacion-Acuacultura.pdf>

Marianeli Torres Benavides,
Coordenadora Nacional para a Defesa do Ecossistema de Manguezais (C-CONDEM),
Equador

(1) Certificando la Destrucción, C-Condem, 2017: <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2021/03/certificando-la-destruccion-comprimido.pdf>

(2) As empresas certificadoras no Equador são: ASC – Aquaculture Stewardship Council (Conselho de manejo da Aquicultura); MSC – Marine Stewardship Council (Conselho de Manejo Marinho); BEST Aquaculture Practices; BRC Global Standard; Control Union Certifications – Certificado de Produção Orgânica da União Europeia; SQF – Safe Quality Food; Naturland; Global Gap; BCK Kosher Certification.

A luta dos indígenas Kinggo para defender a floresta tradicional de Papua



Foto: Yayasan Pusaka Bentala Rakya (Bentala Raya Heritage Foundation)

Este artigo também está disponível em Bahasa Indonésio:
https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2021/03/Korindo-Papua_Bahasa.pdf

A Indonésia é o maior exportador mundial de óleo de dendê, e Papua é a nova fronteira. As florestas na ilha se tornaram o alvo de investimentos do momento, depois que as de Sumatra, Kalimantan e Sulawesi foram convertidas amplamente em plantações industriais de dendê. Vários grandes projetos têm como alvo as florestas de Papua. (1)

Petrus Kinggo, ancião e membro do povo Wambon Tekamerop, da aldeia de Kali Kao, subdistrito de Jair, na Regência de Boven Digul, província de Papua, é o líder do grupo indígena Kinggo, a quem pertence a floresta tradicional em Kali Kao. Eles vivem nessas florestas há séculos.

Na década de 1990, a floresta tradicional da comunidade nessa área foi transformada em concessão madeireira, entregue à empresa PT. Bade Makmur Orissa, subsidiária do Grupo Korindo, gigante coreano do óleo de dendê. Aproveitando o forte relacionamento do grupo com o governo do país, a empresa obteve uma licença de corte em 1993, sobre uma área de 462.600 hectares. O Grupo Korindo controla mais terras em Papua do que qualquer outro conglomerado.

A empresa desmatou as florestas tradicionais dos povos indígenas sem o consentimento das comunidades e lucrou com a abundância de produtos florestais de madeira. Os indígenas que vivem na área sofreram grandes perdas, incluindo o direito de acesso e uso de suas florestas. Além disso, tiveram e ainda terão que enfrentar violência por parte das autoridades. Conseqüentemente, os povos indígenas da área rejeitam e protestam contra a injustiça e a destruição de suas florestas tradicionais.

O Grupo Korindo também possui outras sete empresas de plantação de dendê no sul de Papua, que operam em 148.651 hectares de áreas com florestas nas Regências de Merauke e Boven Digoel. São elas: PT. Tunas Sawa Erma POP A, PT. Tunas Sawa Erma POP B at Getentiri, PT. Berkhat Cipta Abadi POP C, PT. Berkhat Cipta Abadi POP D, PT. Dongin Prabhawa, PT. Papua Agro Lestari e PT. Tunas Sawa Erma POP E. Essa situação mostra como as empresas continuam reproduzindo a desigualdade em relação à posse da terra, em detrimento dos direitos e meios de subsistência das comunidades, e sem qualquer consentimento.

Uma das empresas mencionadas e pertencentes ao Grupo Korindo, a PT Tunas Sawa Erma POP E, obteve licença para plantar 19.015 hectares de dendezeiros em 2014. Parte dessa área está localizada no território florestal tradicional de Kali Kao.

Petrus Kinggo e vários líderes comunitários foram convencidos a abrir mão de terras florestais tradicionais. A empresa Korindo ofereceu dinheiro às comunidades (apenas 8 dólares por hectare). Na Indonésia, se usa uma expressão para isso: “*uang luka*” (“dinheiro de prejuízo”), o que significa dinheiro para esquecer os “erros” que a empresa cometeu no passado, quando cortou as melhores árvores na Área de floresta tradicional dos Kinggo. Isso veio com algum tipo de promessa de bem-estar.

Só mais tarde, Petrus Kinggo e os moradores de Kali Kao perceberam que o apoio não viria, depois de assinar os documentos do acordo. Mal sabia ele que, assinando aquele documento, entregaria os direitos consuetudinários de posse da floresta e uso da terra à empresa, para sempre. Além disso, a lei consuetudinária da comunidade Kinggo proíbe a transferência de terras tradicionais.

Petrus ficou desconfiado quando a empresa não cumpriu suas promessas. Ele consultou um advogado especializado, que lhe explicou que a comunidade Kinggo havia perdido os direitos florestais consuetudinários. Petrus e a comunidade tiveram que engolir aquele remédio amargo. Eles se sentiram traídos e culpados ao mesmo tempo, já que, sem saber, haviam violado suas próprias regras consuetudinárias.

“A Korindo prometeu devolver a terra depois de usar, mas segundo a lei indonésia, eu perdi meus direitos à terra para sempre. Não podemos e não aceitaremos as fraudes cometidas pela empresa”, disse Petrus Kinggo em 2018.

Protegendo Florestas Indígenas

Traído e profundamente magoado, Petrus Kinggo lutou contra o Grupo Korindo para recuperar a floresta tradicional da comunidade. Ele recebeu apoio de povos indígenas da região, igrejas e organizações da sociedade civil. Para recuperar a floresta tradicional, Petrus mapeou a área consuetudinária e realizou rituais tradicionais para banir as atividades da empresa. Ele também foi ao governo local pedindo reconhecimento como grupo indígena Kinggo e instando o governo a revogar a licença de plantio da empresa, já que essas florestas pertencem à comunidade Kinggo. A lei indonésia pode reconhecer grupos indígenas e florestas consuetudinárias, mas requer a aprovação do governo local.

Vários partidos políticos abordaram a comunidade indígena Kinggo oferecendo diversas vantagens e benefícios se Petrus apoiasse a empresa. Todas as ofertas foram rejeitadas.

Petrus viu os impactos do corte das florestas em primeira mão, que também resultaram em danos ao solo e à água, perda de alimentos locais e extinção de animais endêmicos de Papua. Além disso, com as empresas de plantações em seu território, os indígenas não podem mais ser independentes, pois suas vidas dependem da assistência dessas empresas. A empresa oferece emprego, mas apenas com contratos temporários instáveis.

Sua posição em relação à floresta tradicional e suas ações inspiraram outros grupos indígenas a fazer o mesmo. Ele conseguiu formar um grupo para lutar coletivamente pela proteção das florestas tradicionais. Os esforços conseguiram conter o desmatamento na floresta tradicional em Boven Digoel, a mesma regência onde está localizada a comunidade indígena Kinggo.

Apesar dos riscos para sua vida e sua comunidade, como ataques de representantes do Grupo Korindo, apoiadores da empresa e forças de segurança do Estado, Petrus persistiu. Foi submetido a contínuas intimidações, com divulgação de fotos pessoais, acusações de uso de magia negra, ameaças de prisão sem base real e agressão física. Os ataques tinham como objetivo fazer com que Petrus Kinggo e a comunidade interrompessem suas atividades de defesa da floresta tradicional.

Embora esses ataques tenham sido relatados à polícia local, as denúncias não tiveram resposta adequada. O governo local parecia tendencioso e não estava fazendo o necessário para garantir a segurança do grupo Kinggo. Diante dessa situação, a empresa negou repetidamente o seu envolvimento, apesar das inúmeras evidências que o confirmavam.

Várias organizações da sociedade civil manifestaram seu apoio ao fim imediato dos ataques do Grupo Korindo contra os defensores dos direitos humanos em Papua. Os ataques contra Petrus, como indígena e defensor da terra, são violações dos direitos humanos. O Estado deve dar total proteção a ele e à comunidade indígena Kinggo. O Grupo Korindo e suas subsidiárias devem respeitar e aceitar a decisão do povo de proteger suas florestas tradicionais.

O selo FSC e o Grupo Korindo: certificando o desmatamento

Muitas das denúncias indígenas contra o Grupo Korindo foram investigadas pelo sistema de certificação Conselho de Manejo Florestal (FSC), que deve garantir que os produtos de madeira provêm de empresas éticas e sustentáveis. O relatório do FSC sobre as denúncias contra o Korindo nunca foi publicado, após a empresa ameaçar com ações na justiça. Um artigo da BBC, no entanto, publicou algumas das conclusões desse relatório.

De acordo com a BBC, o documento mostrou “evidências acima de qualquer dúvida razoável” de que a operação de óleo de dendê do Korindo destruiu 30.000 hectares de floresta de alto valor de conservação, violando os regulamentos do FSC; que “havia evidências suficientes” de que a empresa estava “apoiando a violação dos direitos tradicionais e humanos em seu próprio benefício” e “se beneficiando diretamente da presença militar para obter uma vantagem econômica injusta” ao “oferecer indenizações injustas às comunidades”. O relatório recomendava inequivocamente que o Grupo Korindo fosse expulso do FSC, mas essa recomendação foi rejeitada pelo conselho da organização. Portanto, a questão é: o que a certificação FSC realmente representa?

Korindo leva estratégias de intimidação aos tribunais alemães

A ONG Rainforest Rescue (*Rettet den Regenwald*) está sendo processada no Tribunal Distrital de Hamburgo, na Alemanha, pela Kenertec, fabricante indonésia de turbinas eólicas. A reclamação é baseada em uma carta que a ONG enviou em 2016, em conjunto com outras organizações, às empresas de energia Siemens e Nordex. O documento informava que essas empresas fazem negócios com o Grupo Korindo, acusado de destruição em massa de florestas tropicais e violação dos direitos de povos indígenas em Papua e nas Molucas do Norte. O caso do tribunal é uma tentativa clara de silenciar e intimidar a oposição. Mas o que aconteceu foi o contrário.

Uma carta de solidariedade em resposta à ação judicial, assinada por mais de 100 organizações de todo o mundo, enfatiza que, “em vez de os responsáveis serem processados, os tribunais estão cada vez mais sendo usados para assediar ambientalistas”. (2) A ONG assumiu uma posição forte contra as estratégias de intimidação da empresa, como afirmou em uma nota à imprensa: “Usaremos as audiências para fazer o público despertar e divulgar ainda mais a destruição da floresta tropical.”

É evidente que as grandes plantações de dendê beneficiam apenas as grandes corporações e criam um ecocídio para a vida humana e natural em Papua.

Se esses projetos não forem interrompidos imediatamente, é inevitável que haja mais destruição.

Tigor Gemdita Hutapea e Franky Samperante
Yayasan Pusaka Bentala Rakya (Bentala Raya Heritage Foundation)

(1) Em 2010, 1,2 milhão de hectares de florestas em Merauke, Papua, foram convertidos no projeto Merauke Integrated Food and Energy Estate (MIFEE), que acabou fracassando e gerou vários conflitos e problemas sociais. O governo restabeleceu recentemente um projeto de “fazenda de produção de alimentos” de 3,2 milhões de hectares, em florestas nas áreas de Merauke, Boven Digoel, Mappi e Asmat.

(2) Rainforest Rescue, We will not be intimidated or silenced! – a declaration of solidarity, janeiro de 2021, <https://www.rainforest-rescue.org/news/10037/we-will-not-be-intimidated-or-silenced-a-declaration-of-solidarity>

(3) Rainforest Rescue, Audiências abertas em processo contra Rettet den Regenwald, janeiro de 2021 <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2021/03/Press-Release-Hearings-open-in-lawsuit-against-RdR.pdf>

Resistência contra as plantações industriais de dendê na África Ocidental e Central



Mundemba, Camarões, 2016. Foto: Grain.

Há muitas décadas, comunidades da África Ocidental e Central enfrentam as plantações industriais de dendê que invadem suas terras. Sob a falsa promessa de gerar “desenvolvimento” e empregos, as empresas, apoiadas por governos, têm recebido milhões de hectares de terras na forma de concessões para plantações industriais de dendê.

Os resultados dessa expansão foram desastrosos para as comunidades que vivem dentro e ao redor dessas plantações industriais, principalmente para as mulheres.

Em resposta, organizações de base e lideranças comunitárias de toda a região têm se organizado, mobilizado, levantado suas vozes e estabelecido redes para impedir essa ocupação destrutiva e violenta de suas terras. No centro dessas lutas está o desejo das comunidades de recuperar suas terras. Os intercâmbios com ativistas comunitários envolvidos em lutas semelhantes ajudam a romper o isolamento e expor o tamanho da violência que as comunidades costumam enfrentar quando se opõem a uma empresa multinacional e às forças armadas.

Este artigo destaca quatro lutas específicas de comunidades: na República Democrática do Congo, contra a PHC-Feronia (que recentemente passou à propriedade da KKM); no Gabão, contra a empresa Olam; em Camarões, contra a Socapalm (propriedade da Socfin); e na Nigéria, contra a empresa Okomu Oil Palm (também propriedade da Socfin).

PHC-Feronia/KNM, na República Democrática do Congo

Os moradores de comunidades que foram presos após manifestações pacíficas devem ser libertados imediatamente, e os responsáveis por mais uma morte brutal nas plantações de dendê da Feronia-PHC devem ser responsabilizados.

Em 13 de fevereiro, na cidade de Lokutu, na República Democrática do Congo, uma manifestação pacífica de comunidades para que a fabricante de óleo de dendê PHC respeitasse seus direitos foi recebida com violência brutal por seguranças da empresa e

policiais. Pelo menos 17 pessoas foram presas em diferentes locais após as manifestações. Algumas foram brutalmente espancadas e torturadas por seguranças da PHC. (1) O jovem Blaise Mokwe morreu em 21 de fevereiro em consequência dos ferimentos que sofreu ao ser espancado e torturado alguns dias antes por seguranças da APS, após ser falsamente acusado de roubo de frutos de dendê. (2)

Essa última escalada de conflitos aconteceu enquanto um dos novos proprietários da empresa, Kalaa Mpinga, e uma nova empresa chamada Feronia KNM, traziam potenciais investidores estrangeiros para as plantações, em meio a uma pandemia global. Os moradores da comunidade de Mwingi participaram do protesto pacífico. O presidente da Sociedade Civil de Basoko, distrito onde Mwingi está localizada, explica: “Quando o avião chegou, nós levamos as faixas até lá, e no dia seguinte, apresentamos essas faixas na cidade e depois tentamos conversar com eles sobre as cláusulas sociais que a empresa havia firmado com as comunidades de Kisangani, na presença do governador. Queríamos dizer que até agora não foi feito nada”. (1) As plantações de dendezeiros da PHC ocupam grande parte das terras das comunidades em Mwingi.

Em Mwando, também na área de Lokutu, as comunidades estão cansadas de esperar que a empresa cumpra as tantas promessas descumpridas ao longo dos mais de 100 anos de ocupação de suas terras ancestrais pela PHC. A comunidade montou uma fábrica comunitária para processar frutos de dendê colhidos em plantações abandonadas pela PHC. “Com o acesso a essas terras, podemos retomar nossa produção de óleo de dendê, que foi violentamente interrompida com a colonização”, disse um membro da administração da operação.

Desde 2013, os bancos de desenvolvimento europeus subsidiaram a empresa de plantações da era colonial com mais de 150 milhões de dólares. Como aponta um relatório recente, o patrocínio à Feronia-PHC certamente não é o único investimento desastroso dos bancos de desenvolvimento europeus na agricultura – mas o desastre da Feronia tem que ser o último. Esses bancos devem respeitar as reivindicações das comunidades pela restituição de suas terras ancestrais. (2) Eles também devem assumir a responsabilidade que vem com seu investimento e garantir a libertação imediata dos moradores presos por exigirem que a empresa respeite seus direitos, bem como a responsabilização dos responsáveis pela morte brutal de Blaise Mokwe.

(1) RIAO-RDC (2021). Entrevista com Gilbert Lokombu Limela, Presidente da Sociedade Civil de Basoko (área de Lokutu). Disponível em inglês e francês em <https://www.farmlandgrab.org/post/view/30128-interview-with-gilbert-lokombu-limela-president-of-the-civil-society-of-basoko-lokutu-side>

(2) Programa de TV Objectiv Vert, com entrevistas de membros de quatro das aldeias afetadas pela violência recente da empresa contra as comunidades. Disponível em <https://youtu.be/LAYmqzGVeu0Une> <<https://youtu.be/LAYmqzGVeu0Une>

(3) RIAO-RDC e outros (2021). Development finance as agro-colonialism: European development bank funding of Feronia-PHC oil palm plantations in the Democratic Republic of Congo.

Olam no Gabão

Salvemos a comunidade Pépéyo! (Sauvons Pépéyo)

Em 2012, o governo do Gabão concedeu 35 mil hectares de terras para que a OLAM, empresa sediada em Cingapura, estabelecesse suas primeiras plantações industriais de dendê na província de Ngounie, destruindo mais de 10 mil hectares de florestas. A existência da comunidade de Pépéyo e muitas outras foi ignorada, e ela foi totalmente cercada pelas plantações de dendezeiros. Pépéyo também foi excluída do chamado

contrato social que a OLAM assinou com as comunidades, com o apoio das autoridades gabonesas.

O fato de Pépéyo não existir para a OLAM fez com que tivesse que enfrentar ainda mais impactos do que outras comunidades da área. Por exemplo, profanação e destruição de túmulos, obstrução de estradas, secagem de rios usados pela comunidade e proibição de atividades agrícolas. Pépéyo tornou-se invisível, inexistente e condenada a desaparecer em meio à monocultura de dendezeiros da OLAM. Para acessar sua comunidade, os moradores são obrigados a usar uma carteira de identidade emitida pela OLAM.

Os documentos de concessão podem até alegar que Pépéyo não existe. Mas Pépéyo existe. A comunidade resistiu e seus habitantes estão escrevendo um novo capítulo em sua história de resistência. Em outubro de 2020, os moradores da aldeia se reuniram em Mouila, a capital da província, para discutir estratégias que avançassem na recuperação de suas terras e evitar o que a OLAM gostaria que acontecesse: que os moradores desistissem e abandonassem suas casas e terras. Após um debate produtivo, os moradores discutiram uma lista de ações e reivindicações nas quais trabalharão no próximo período, incluindo seu reconhecimento como comunidade pela OLAM e pelas autoridades, livre acesso às suas terras e, acima de tudo, a retomada do controle sobre pelo menos parte das terras.

Fonte: Relatório do Dia Internacional de Combate às Monoculturas de Árvores, celebrado em 30 de outubro de 2020 no departamento de Douya Onoye, Província de la Ngounie, em torno do tema “Salvemos Pepeyó” 2020

Socapalm (Socfin), em Camarões

As mulheres sustentem suas famílias enquanto continuam lutando para recuperar suas terras e, assim, a soberania alimentar

Em Camarões, as plantações industriais de dendê da Socapalm, empresa pertencente à multinacional Socfin, levaram a situações em que as mulheres não conseguem alimentar suas famílias. As condições são extremas. Às vezes, as crianças correm o risco de entrar na plantação da empresa para coletar frutos de dendê que ficaram no solo. Se forem pegas, correm o risco de ser mandadas à prisão. Mulheres e meninas correm o risco de ser estupradas, abusadas sexualmente e assediadas. Elas têm que caminhar longas distâncias para encontrar locais onde cultivar alimentos, ou coletar água ou lenha. A polícia estadual e os seguranças da empresa frequentemente acusam os moradores de roubar dendê das plantações. Eles entram nas casas das pessoas em busca de frutos ou óleo processado de forma tradicional e, se encontram uma garrafa de óleo que seja, as pessoas são mandadas para a prisão.

O processamento tradicional do dendê para fazer óleo sempre foi uma importante fonte de renda para as mulheres que vendem o óleo e outros subprodutos nas feiras locais. Um dos principais pilares da resistência das mulheres camaronesas contra as plantações industriais tem sido a recuperação do conhecimento tradicional sobre o processamento do óleo de dendê, bem como dos muitos benefícios que as mulheres obtêm dos dendezeiros. Em muitas ocasiões, elas contaram que o uso do dendezeiro é muito importante porque, além de gerar renda, ajuda a fortalecer a autoestima e a vida familiar e comunitária.

Como as plantações industriais destruíram a maioria dos pomares de dendê e, com isso, uma fonte de renda que era importante para as mulheres, o processamento da mandioca é uma das poucas opções que elas têm para obter alguma renda. Às vezes, não há terra suficiente para cultivar mandioca perto das aldeias, e elas podem ter que comprá-la em aldeias mais distantes. E o que é pior, a pandemia de Covid-19 reduziu a disponibilidade e aumentou o preço da mandioca.

Nesse contexto, e contra todas as probabilidades, a organização camaronesa de base RADD deu apoio às mulheres que viviam perto dessas plantações industriais para que desenvolvessem atividades de geração de renda. O processamento da mandioca permite que as mulheres sustentem suas famílias enquanto continuam lutando para recuperar suas terras e, assim, a soberania alimentar.

Okomu Oil Palm Company (Socfin), na Nigéria

As violações da SOCFIN e de sua subsidiária Okomu Oil Palm Company PLC nas comunidades do estado de Edo

Na Nigéria, comunidades afetadas pela empresa de dendê Okomu, uma subsidiária do grupo franco-belga Socfin (cuja coproprietária Bolloré foi recentemente condenada por corrupção em tribunais franceses, por investimentos no Togo e na Guiné), realizaram uma manifestação pacífica em janeiro de 2021, denunciando grilagem de terras, poluição de rios e assédio por parte das forças militares que elas acreditam estar a serviço da empresa. As comunidades acusam a empresa de usar militares para bloquear a única estrada que os liga a Udo, a cidade mais próxima. Os moradores também acusaram o Governo do estado de Edo de escravizá-los em suas terras ancestrais, vendendo todas as áreas onde eles plantavam para a empresa e os deixando sem espaço para cultivar em suas próprias terras. (1)

Os moradores carregavam cartazes com reivindicações como: “Governo, mande a Okomu Oil Company abrir a nossa estrada”, “Okomu Oil Company, devolva nossas armadilhas de pesca que estão em seu poder”; “Pare de poluir o nosso rio com seus agrotóxicos, ele é nossa única fonte de água potável”; “Não somos terroristas; Pare de nos assediar com militares, Okomu Oil.”

Em uma entrevista coletiva após os protestos, um morador afirmou que “a empresa fechou a estrada que havia antes de ela ser fundada. A estrada foi fechada em 2019, e continua fechada. Eles usaram a COVID-19 como desculpa para finalmente fechar a estrada. A estrada alternativa é ruim.”

Esta não é uma notícia recente. Muitas denúncias e protestos foram realizados ao longo dos anos, desde que a Okomu Oil foi estabelecida na Nigéria em meados dos anos 1970. As acusações contra a empresa vão desde impedir cidadãos de entrar em suas comunidades, colocando portões ao longo da única estrada de acesso, até o assédio a pessoas que se manifestam contra a injustiça e as agressões, grilagem de terras, destruição de meios de subsistência, uso de força bruta, deslocamento e despejo de aldeias e assentamentos dentro de suas áreas de operação. Apenas nos últimos anos, as forças de segurança da empresa, junto com o Exército Nigeriano, incendiaram e deslocaram as aldeias de Agbede, Oweike, Lehmon e, recentemente, em maio de 2020, a aldeia de Ijaw-Gbene, apesar da pandemia de Covid-19. (2)

- (1) Nigerian Tribune, Okomu Oil Palm host communities protest marginalisation, water pollution, 2021, <https://tribuneonline.com/okomu-oil-host-communities-protest-marginalisation-water-pollution/>
- (2) Farmlandgrab, SOCFIN and her subsidiary Okomu Oil Palm Company PLC rights violations in Edo State Communities/Villages: An S.O.S., 2020, <https://www.farmlandgrab.org/post/view/29862-socfin-and-her-subsiary-okomu-oil-palm-company-plc-rights-violations-in-edo-state-communities-villages-an-s-o-s>

Mineração predatória na Venezuela: o Arco Mineiro do Orinoco, economias de enclave e o Plano Nacional de Mineração



Mina de ouro conhecida como "Oito mortos" em Las Claritas. 2016.
Foto: Human Rights Watch

O colapso da Venezuela petroleira e o surgimento de um extrativismo predatório

A crise que se desenvolveu na Venezuela, de 2013 a 2021 – a mais extraordinária de sua história republicana e talvez de toda a América Latina – causou o colapso de uma nação que se construiu em torno do petróleo nos últimos 100 anos. Por razões de espaço, não podemos nos deter nas causas de como se chegou aqui e nem nas responsabilidades. No entanto, é importante mencionar que, justamente no momento de esplendor do processo bolivariano (2004-2009), o rumo escolhido pelo governo de Hugo Chávez acentuou o padrão extrativista-rentista do petróleo, que já havia fracassado no final dos anos 1980, e que abriu uma crise muito intensa, da qual o próprio Chávez surgiria nos anos 90. Apesar dos enfrentamentos com os setores da oposição apoiados pelo eixo Estados Unidos-União Europeia, os principais fatores que determinaram esse rumo e a conseqüente derrocada nacional foram os erros, a corrupção e as correntes conservadoras dentro do governo.

A morte do presidente Chávez, em 2013, e a queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 2014 foram dois gatilhos que, por um lado, reabriram as disputas políticas pelo controle do Petro-Estado e, por outro, promoveram o colapso da economia rentista do petróleo e das próprias instituições estatais. Isso resultou em uma queda impressionante do PIB – de cerca de 70% de 2014 até hoje –, da produção agrícola e industrial e, muito importante, da produção de petróleo, que há vários anos era, em média, de 3 milhões de barris por dia e no final de 2020 mal chegava aos 350 mil barris – semelhante aos níveis dos anos 40. Isso sem contar a hiperinflação desde 2018 (a mais alta do mundo há vários anos), uma dívida pública que ultrapassa 130 bilhões de dólares e o agravamento das sanções internacionais, principalmente as impostas pelos Estados Unidos desde 2017.

Esse quadro, com uma escalada do conflito político, principalmente entre o governo e a oposição, gerou um processo acelerado de dissolução do Petro-Estado venezuelano – o que não implica o desaparecimento do Estado em si. Em meio a um conjunto fragmentado de poderes e interesses particulares, prevalece a impunidade absoluta, a corrupção generalizada e a resolução das questões políticas e dos conflitos pela força. Com a progressiva desintegração da economia rentista baseada no petróleo, o que predomina são as economias subterrâneas, que vão desde importantes redes de especulação, corrupção, extração e contrabando (em boa medida, articuladas ao capital internacional e/ou a grupos criminosos) até a extraordinária ascensão da economia informal, que acaba sendo o principal canal de troca da economia doméstica. Essas redes de corrupção e economias ilícitas também alimentam as facções do governo, incluindo o setor militar, o que se agravou com o colapso do Petro-Estado.

Se apreciarmos essa dinâmica em seu contexto internacional, a Venezuela está mais exposta do que nunca aos fluxos selvagens da economia globalizada, uma vez que a geografia do país está sendo marcada por múltiplos atores da expropriação e da recolonização – resultando no aumento da internacionalização do conflito no país nos últimos anos.

Esses fatores configuraram um novo cenário onde surgem novas governanças, processos de territorialização e, em síntese, um **extrativismo predatório**, que se caracteriza por ser fragmentado e relativamente feudalizado. Promove-se uma multiplicação de operações de extração e expropriação de recursos naturais **nas quais prevalece a mineração** (e já nem tanto o petróleo) como atividade fundamental para a reprodução das estruturas de poder locais e nacionais (continua havendo ligação com os poderes centrais do governo nacional em Caracas).

Nesse sentido, apesar do cenário nacional turbulento e fragmentado, opera também uma política de Estado, que no governo de Nicolás Maduro tem evoluído para o estabelecimento de um regime de perfil ditatorial, no qual prevalece o estado permanente de exceção – de direito e de fato – o uso ampliado da violência política e a militarização da sociedade. Da mesma forma, aponta também para um processo progressivo de neoliberalização que, por meio de uma série de leis, decretos e empreendimentos concretos, desregula e promove a apropriação da natureza e dos territórios por atores nacionais e internacionais envolvidos na acumulação de capital.

A evolução da mineração na Venezuela em crise: o Arco Mineiro do Orinoco e o Plano Nacional de Mineração 2019-2025

A crise da economia do petróleo na Venezuela, que se desenvolve desde a década de 80, abriu novas geografias de extração voltadas, em primeiro lugar, ao petróleo não convencional do Cinturão Petrolífero do Orinoco e, progressiva e paralelamente, à expansão da mineração de ouro na Amazônia. Várias políticas específicas foram promovidas por Chávez nos primeiros cinco anos de seu governo, mas foi em 2011 que se anunciou o nascimento de um megaprojeto de mineração sem precedentes na história da Venezuela: o Arco Mineiro do Orinoco (A. M. O.). (1)

O projeto do A. M. O. cobre um enorme polígono de quase 112 mil km² em todo o norte do extenso estado de Bolívar, para a exploração de importantes concentrações de ouro, bauxita, coltan, diamantes, entre outros. Isso também fazia parte de um plano de

desenvolvimento que se propunha a reativar e reimpulsionar o conjunto do potencial existente no país para a mineração, abrangendo não só a Amazônia, mas todo o norte do rio Orinoco, onde esse potencial está principalmente na mineração não metálica, como carvão, areias, feldspato, entre outros.

A crise de 2013-2021 foi sabotando a economia extrativista formal do país. Isso valorizou cada vez mais o ouro, tanto para o governo de Nicolás Maduro, como para a população (como fonte de sustento diante do colapso interno), e mesmo para os grupos que promovem as economias clandestinas e as redes de corrupção, que experimentaram um crescimento notável nesse período.

Nesse contexto, em fevereiro de 2016, o presidente Maduro formalizou a criação do A. M. O., estabelecendo-a como Zona de Desenvolvimento Estratégico Nacional, que é basicamente uma *Zona Econômica Especial* – uma espécie de figura geoeconômica de flexibilização radical. Em um primeiro momento, o Governo afirmou que o A. M. O. vinha para “colocar ordem” na mineração ilegal descontrolada que crescia dramaticamente desde os anos 2000. Com esse argumento, Maduro e seu governo tentaram legitimar o projeto. Por outro lado, foram promovidos acordos não transparentes com empresas nacionais e internacionais, uma vez que os detalhes dos mesmos não foram divulgados publicamente. Ressalte-se que não se conhecem estudos de impacto ambiental do empreendimento – algo previsto pela Constituição – nem processos de consulta prévia, livre e informada. Por outro lado, há denúncias de cooptação de comunidades indígenas para validar a execução do projeto – apontadas por organizações de direitos humanos e indígenas, como Provea ou GTAI. (2)

Registrou-se um crescimento gradativo da presença militar na região, e o Governo também concedeu poderes especiais às Forças Armadas para garantir a continuidade da atividade de mineração e evitar resistências que dificultem as operações. Assim, foi implementada uma “Zona Militar Especial” para o A. M. O. e foi criada a Companhia Anônima Militar de Indústrias Mineiras, Petrolíferas e de Gás (CAMIMPEG), vinculada ao Ministério da Defesa, com competência para exercer um número praticamente ilimitado de funções nos processos de extração e comercialização de recursos naturais, inserindo o setor militar plena e abertamente no negócio extrativista.

No entanto, o que prevaleceu no A. M. O. e muito além de suas zonas poligonais na região amazônica (onde também há concentrações de ouro e diamantes) foi uma modalidade de mineração dominada por lógicas ilícitas e criminosas, e por poderes locais armados de caráter irregular, que acabam se articulando com setores do Estado em franca decomposição. A instabilidade do país tornou mais complicadas as atividades formais de investimento, exploração e mineração, o que foi acentuado ainda mais pelas sanções internacionais. Da mesma forma, os grupos armados presentes em vários territórios do A. M. O. também tornam muito difícil a execução de negócios de forma “limpa” e transparente. Por sua vez, a assinatura dos Acordos de Paz na Colômbia em 2016 promoveu o deslocamento de atores armados do conflito naquele país, vários dos quais foram incorporados a essas dinâmicas da mineração na Amazônia venezuelana. Apesar disso, o governo Maduro consegue captar parte desse ouro, justificado principalmente através da organização estatal de brigadas mineiras que, segundo se anuncia, vendem o ouro ao Banco Central da Venezuela.

A implantação dessa mineração predatória, que é fundamentalmente ilegal – porque também viola as leis ambientais e os direitos sociais – se expressa com mais força nas bacias dos rios Cuyuní, Caroní, Paragua, Caura (no estado de Bolívar), mas também nos rios Ventuari, Sipapo, Negro, nas cabeceiras do Orinoco, entre outros (no estado do Amazonas). A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) detectou cerca de 2 mil pontos de mineração ilegal, e estima-se que cerca de 189 mil pessoas estejam trabalhando nos garimpos da Amazônia venezuelana. O governo estima o total de ouro extraído em 2019 no país em 25,4 toneladas, (3) o que representaria um valor inédito na história. Outros analistas mais próximos dos partidos da oposição falam em 80 toneladas. (4)

Além do A. M. O. e da Amazônia, o governo estabeleceu a mineração como alternativa para “sair da crise” e “diversificar a economia”. Para isso, ofereceu praticamente todo o território nacional, o que está claramente expresso no “Plano Nacional de Mineração 2019-2025”, que sistematiza, como nunca, o objetivo de elevar a produção do país à sua capacidade máxima. Ao norte do Orinoco, também existem “oportunidades de negócios” na mineração, enquanto se multiplicam os garimpos e as operações de extração arbitrários e irregulares, atravessados pela corrupção, a pilhagem e a ilegalidade. Locais de extração de areia que ameaçam a população local, militares extraíndo carvão vegetal para comercialização, empreendimentos devastadores sem nenhum controle, como a retirada de areia do rio Turbio, (5) ou outras que surgem das sombras e geram conflitos com as populações locais, como o conhecido caso das iniciativas de mineração de cal e feldspato no Cerro La Vieja, no estado de Lara. (6)

Durante a pandemia de COVID-19, estabeleceu-se mais impunidade e dinâmicas econômicas altamente instáveis. Foram detectadas estratégias do governo para aproveitar a pandemia e promover sua agenda de mineração. Um exemplo é a promulgação, em abril de 2020, da Resolução Nº 0010, que autoriza a mineração de ouro, diamantes e outros minerais estratégicos, em importantes rios da Amazônia venezuelana, como Cuchivero, Caura, Aro, Caroní, Yuruari e Cuyuní. A resolução implica uma expansão dramática das áreas e dos modos de exploração (como a exploração fluvial com lagoas industriais) no marco do devastador projeto A. M. O. Para citar exemplos ao norte do Orinoco, moradores de Sarare (Lara) denunciaram as tentativas de implantação de mineração na região que buscam expropriar, invadir e expulsar camponeses e produtores de suas terras, ou o caso dos Morros de Macaira (Guárico), onde continua a extração de gesso e calcário. (7)

Resistência e disputas territoriais

Essa evolução da mineração predatória foi atravessada por altos níveis de enfrentamento. Vários conflitos socioambientais de diversos graus foram evidenciados em diversos territórios ao redor do A. M. O., mas também se estabeleceu um conflito socioambiental nacional e internacional, provavelmente o mais importante da história contemporânea do país. Ele implicou a articulação de inúmeros atores – como organizações indígenas, setores acadêmicos, grupos ambientalistas, coletivos de direitos humanos, artistas e representantes políticos, entre outros – em um conflito que desafiou o governo Maduro e o modelo extrativista no país. Essa articulação envolveu campanhas, mobilizações, recursos judiciais – como um pedido de anulação no Supremo Tribunal de Justiça – que foram muito importantes, e a denúncia chegou até mesmo a organismos internacionais, como a Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Em nível de território, vários povos indígenas têm resistido tanto ao avanço dos garimpeiros ilegais quanto aos grupos militares que se aproveitam do negócio. As comunidades indígenas Pemón, na Gran Sabana, opuseram diferentes tipos de resistência; as comunidades Uwottuja, no estado do Amazonas, foram forçadas a ativar mecanismos de autodefesa para enfrentar os grupos armados que invadem seus territórios. (8) O mesmo aconteceu com as comunidades indígenas Ye'kwana e Sanema, da bacia dos rios Caura e Erebató. Como medida de autodefesa e proteção dos territórios, elas exigem a demarcação de suas terras segundo a Constituição do país.

Vale destacar também as mobilizações desenvolvidas entre indígenas e moradores locais do Baixo Caura (estado de Bolívar), que se opuseram à instalação de novas plataformas (lagoas industriais) para exploração mineira no rio, apesar da precária situação dos serviços públicos na região. (9) Esses protestos envolveram setores populares de Maripa que rejeitavam a mineração – apesar de a atividade ter passado a representar uma possibilidade de sair da pobreza. Sua persistência em 2020 conseguiu conter as lagoas de mineração – e a Resolução 0010 foi revogada.

Ao norte do Orinoco, também ocorreram mobilizações interessantes contra a mineração. Destacam-se a defesa do Cerro La Vieja, no estado de Lara, que teve um bom impacto em níveis local e nacional. A luta histórica contra o carvão no estado de Zulia persiste, embora a crise e a violência na região tenham reduzido sua intensidade. Por sua vez, outras mobilizações foram evidenciadas nas regiões centrais e nas planícies, em defesa de parques nacionais, monumentos naturais e áreas sensíveis, que tiveram certa ressonância na mídia, contribuindo para a causa ambiental.

Em geral, os grupos mobilizados sofrem muito, não só com a deterioração de suas condições de vida, mas também com a derrocada institucional e dos direitos sociais no país, sendo difícil encaminhar suas reivindicações pelos canais regulares. O contexto na Venezuela é de protestos constantes e abundantes, embora tendam a ser fragmentados e localizados. É a partir desse contexto que essas resistências continuam se desenvolvendo, na tentativa de evidenciar ainda mais o vínculo ecológico/ambiental com as reivindicações por justiça social.

Emiliano Teran Mantovani
Observatório de Ecologia Política da Venezuela

(1) Boletim do WRM, Crise e esgotamento do modelo petrolero na Venezuela: a megamineração e as novas fronteiras da extração, 2017, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/crise-e-esgotamento-do-modelo-petrolero-na-venezuela-a-megamineracao-e-as-novas-fronteiras-da-extracao/>

(2) Derechos humanos en el contexto del proyecto “Arco Minero del Orinoco” en Venezuela, Audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), novembro de 2016, <https://www.derechos.org/ve/web/wp-content/uploads/DDHH-en-el-contexto-del-AMO-en-Venezuela.pdf>

(3) Desarrollo Minero Ecológico, Venezuela producirá 80 toneladas de oro a partir de 2025, <https://twitter.com/EcoMineriaVE/status/1136713187708100609>

(4) VOA, Al menos 80 toneladas de oro salen de Venezuela por contrabando al año, según expertos, 2019, <https://www.voanoticias.com/venezuela/toneladas-oro-venezuela-contrabando-expertos>

(5) El Impulso, Militares estarían implicados en extracción de arena del Turbio, 2017, <https://www.elimpulso.com/2017/09/23/fotos-militares-estarian-implicados-extraccion-arena-del-turbio/>

(6) Observatorio de Ecología Política de Venezuela, La Lucha contra la minería y la defensa del cerro La Vieja continúa, 2019, <https://www.ecopoliticavenezuela.org/2019/07/27/lucha-mineria-defensa-cerro-la-vieja-continua/>

(7) Observatorio de Ecología Política de Venezuela, Denuncian minería en el Monumento Natural Morros de Macaira en Guárico, 2019, <https://www.ecopoliticavenezuela.org/2019/08/29/denuncian-mineria-monumento-natural-morros-macaira-guarico/>

(8) Observatorio de Ecología Política de Venezuela, Pronunciamento del Pueblo Uwottuja (“piaroa”) ante la presencia de grupos armados y actividad minera en su territorio, 2020,

<https://www.ecopoliticavenezuela.org/2020/03/09/pronunciamento-del-pueblo-uwottuja-piaroa-ante-la-presencia-de-grupos-armados-y-actividad-minera-en-su-territorio/>

(9) Observatorio de Ecología Política de Venezuela, En Bolívar comunidades protestan en contra de instalación de balsas mineras en Río Caura y por falta de combustible, 2020, _

<https://www.ecopoliticavenezuela.org/2020/05/27/en-bolivar-comunidades-protestan-en-contra-de-instalacion-de-balsas-mineras-en-rio-caura-y-por-falta-de-combustible/>

Por que rejeitar a privatização de terras de ocupação tradicional e posse coletivo?



Mulheres em Port Loko, Serra Leoa, 2017

A maior parte das terras do mundo ainda é administrada por comunidades sob sistemas de ocupação tradicional e posse coletivo. Sejam áreas públicas legalmente reconhecidas ou terras tradicionalmente ocupadas, o sustento de bilhões de pessoas depende de florestas ou savanas, terras agrícolas ou pastagens manejadas de forma comunitária. Essa organização coletiva da vida é vista pelos capitalistas como um obstáculo à criação de riqueza individual e à acumulação de lucros.

Instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), têm incentivado (e pressionado) governos, principalmente no Sul global, a adotarem a noção de propriedade privada da terra, que já predomina nas sociedades ocidentais. Eles têm sido atores centrais no esforço para formalizar os direitos de propriedade privada da terra e, assim, facilitar sua venda e seu arrendamento para uso comercial. Eles argumentam que é necessário potencializar o chamado “uso produtivo” da terra e “desbloquear seu valor”. No entanto, o valor e o uso a que se referem estão relacionados apenas ao valor econômico para a geração de mais lucros, eliminando todos os outros valores e usos que as comunidades têm e que estão relacionados aos seus territórios. O resultado esperado é o desmantelamento dos sistemas de ocupação tradicional e posse coletiva.

Embora a posse precária da terra continue sendo um problema alarmante em todo o mundo, a privatização não oferece a segurança e a estabilidade de que as comunidades precisam. Em vez disso, é apenas outra via para mais colonização e exploração de suas terras e florestas em benefício de interesses privados e grandes empresas multinacionais.

Seja por meio da pressão por títulos de terra individuais ou pela disponibilização de terras de ocupação tradicional e posse coletivo para investimento privado, projetos de “desenvolvimento”, compensação de carbono ou áreas naturais protegidas, esses esforços para mercantilizar a terra representam ameaças imediatas a bilhões de pessoas. Os mecanismos de posse coletivo e ocupação tradicional da terra constituem sistemas sociais e econômicos e códigos jurídicos essenciais, que governam vidas e sociedades inteiras em todo o mundo.

O Instituto Oakland divulgou um documento desconstruindo seis mitos fundamentais usados por governos, bancos e instituições multilaterais para justificar a privatização de terras.

Mito 1: A privatização de terras é necessária para atrair investimentos privados

FATO: Investimentos em produção, processamento e comercialização podem melhorar os meios de subsistência das comunidades sem alienar suas terras

Atrair investimento privado em combustíveis fósseis ou extração de minérios, ou na expansão de plantações industriais ou agricultura, não é um paradigma de desenvolvimento que beneficie as comunidades. Existem muitos outros caminhos que não requerem a privatização ou o despejo das comunidades nem a destruição dos sistemas tradicionais de uso da terra.

No Brasil, por exemplo, entre 2004 e 2015, a produção agrícola aumentou e o desmatamento caiu quando os direitos à terra e aos recursos foram constitucionalmente concedidos aos povos indígenas e comunidades, respeitando seus sistemas de ocupação tradicional, junto a uma forte rede de áreas protegidas, planejamento do uso da terra e fiscalização. Além disso, a experiência brasileira mostra que a melhor forma de proteger a floresta é reconhecer as terras tradicionalmente ocupadas e, assim, demarcar as terras e florestas das quais os povos indígenas dependem para sua sobrevivência física e cultural. No entanto, o atual governo Bolsonaro, de extrema direita, pressiona pela privatização das florestas (ver leituras recomendadas neste boletim).

Mito 2: Títulos privados aumentam o acesso a crédito e empréstimos

FATO: Quando terras com títulos de propriedade são usadas como garantia para empréstimos, os bancos podem tomá-las se os agricultores tiverem uma safra reduzida e não conseguirem pagar.

A teoria que tem sido amplamente usada para justificar projetos de titulação de terras em todo o mundo é que, com um título privado, os proprietários poderiam usar suas terras como garantia para pedir dinheiro emprestado aos bancos e poder investir e escapar da pobreza. No entanto, a pesquisa mostra que, quando famílias com recursos limitados recebem um título privado, os bancos continuam pouco dispostos a lhes oferecer crédito ou empréstimos. Além disso, o uso de terras tituladas como garantia possibilita que os bancos se apropriem dessas terras legalmente se os agricultores tiverem uma safra reduzida e não conseguirem pagar o empréstimo ou hipoteca – um fenômeno muito comum em meio à instabilidade climática de hoje.

Mito 3: Privatizar a terra acelera o desenvolvimento

FATO: Historicamente, foram raros os esforços para converter sistemas de ocupação tradicional e posse coletivo em propriedade privada sem perdas sociais e econômicas consideráveis

Há poucas evidências de que a substituição dos sistemas de ocupação tradicional ou comunal de posse por títulos privados leve ao desenvolvimento. Em Ruanda, por exemplo, as tentativas de transformar sistemas complexos de posse em um único modelo baseado em títulos privados levaram a expropriação, vendas de terras em momentos de dificuldades e concentração da propriedade. Iniciativas semelhantes para “garantir” os direitos à terra por meio da titulação também saíram pela culatra no Brasil, onde um programa do Banco Mundial no estado do Piauí ignorou completamente as formas comunais de posse da terra e implementou um sistema de títulos individuais que abriu caminho para a “legalização” da grilagem e para o risco de expropriação de milhares de pessoas. O impacto foi tão desastroso que o Ministério Público solicitou ao Banco a suspensão do projeto. Da mesma forma, na Guatemala, um projeto de administração de terras patrocinado pelo Banco Mundial resultou na perda das terras de comunidades indígenas em Alta Verapaz para empresas de óleo de dendê.

Mito 4: Os mercados tornam o acesso à terra mais equitativo

FATO: Quando a terra nada mais é do que uma mercadoria, as empresas podem comprar os camponeses e os excluir do mercado

A “criação” de mercados de terras tem consolidado, repetidas vezes, as desigualdades existentes no acesso à terra. Na África do Sul, décadas de colonialismo e apartheid concentraram enormemente a terra nas mãos da minoria branca. O apartheid chegou ao fim em 1994, mas mais de 25 anos de reforma agrária baseada no mercado não conseguiram redistribuir a terra, já que 72% das terras agrícolas privadas do país permanecem nas mãos dos brancos, que representam apenas 9% da população.

Dentro de um sistema de mercado, em que a terra e as florestas nada mais são do que mercadorias, grandes empresas e indivíduos ricos podem comprar os pequenos agricultores e as populações que dependem da floresta, excluindo-os do mercado. Isso resultou em aumento de pessoas sem terra e na concentração de terras nas mãos de poucos, já que a diminuição do tamanho médio das propriedades no Sul Global coincidiu com o crescimento de megafazendas que podem ocupar dezenas de milhares de hectares. Globalmente, o 1% das fazendas maiores agora opera mais de 70% das terras agrícolas do mundo. No Sul da Ásia e na América Latina, os 10% mais ricos entre os proprietários de terras possuem aproximadamente 75% de todas as terras agrícolas, enquanto os 50% mais pobres possuem menos de 2%.

Mito 5: Os sistemas tradicionais não proporcionam segurança de posse

FATO: Pesquisas mostraram que o reconhecimento dos direitos coletivos é mais eficaz do que a titulação individual e que a terra de ocupação tradicional e posse coletivo provou ser “altamente resiliente, contínua e flexível”.

Muitas vezes, a privatização da terra é promovida disseminando-se a falsa informação de que os sistemas de ocupação tradicional e de posse coletivo não conseguem proporcionar segurança. No entanto, as evidências que refutam esse mito são abundantes há décadas. Os primeiros perfis de posse da terra traçados pela USAID em 1986 observavam: “Os países africanos com índices de produção relativamente bons nos últimos 20 anos chegaram a eles dentro de um conjunto bastante diverso de arranjos de posse, nos quais se destaca a posse coletivo e ocupação tradicional”. Em 2011, a Força-Tarefa da União Europeia sobre Terras declarou: “A titulação de terras nem sempre é a melhor maneira de

“aumentar a segurança da posse e nem leva automaticamente a mais investimento e produtividade. Em muitos lugares, a terra é mantida por meios não escritos e tradicionais, mas não está sujeita à insegurança.”

Mito 6: Reformas agrárias centradas nos interesses dos camponeses

FATO: A privatização da terra visa servir aos lucros das empresas em detrimento do combate à pobreza ou da melhoria do sustento

Do Brasil às Filipinas e à África do Sul, as pessoas estão clamando por reforma agrária para redistribuir equitativamente a terra confiscada sob pretextos errados e acumulada durante a época colonial. No entanto, os recentes programas de reforma agrária centrados na titulação privada não atendem a essas demandas urgentes. Está claro que a privatização da terra incentivada por instituições financeiras e alguns países ocidentais não visa combater a pobreza nem melhorar o sustento. O processo de transição dos sistemas consuetudinários locais – que geralmente oferecem segurança de posse – a terras com títulos privados provavelmente resultará em pessoas sem terra e concentração de terras.

Este é um resumo da publicação “Esta é a nossa terra. Por que rejeitar a privatização de terras de ocupação tradicional e posse coletivo”, do Instituto Oakland. Para obter as informações e referências completas, acesse a publicação aqui:

<https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/this-is-our-land.pdf>

RECOMENDADOS

A floresta no Brasil à venda

Desde que o Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil, o desmatamento não só está em alta, está cada vez mais fora de controle. Isso ocorre muito em função do desmantelamento dos órgãos de controle do governo. Significa que aqueles que desmatam estão ainda mais incentivados pela certeza da impunidade. Junte-se a isso uma política econômica neoliberal de privatização da floresta, e outras ações criminosas que colocam na prática a floresta e o Brasil à venda. Bolsonaro assinou recentemente o Decreto No. 10.623/2021 criando o programa “Adote um parque”. A articulação brasileira Grupo Carta de Belém denuncia que com este Decreto o governo está “colocando de vez uma pá de cal nas políticas públicas de conservação, recuperação e melhoria das Unidades de Conservação federais. O Adote um Parque privatiza e transfere a responsabilidade pública para pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras, promovendo a governança privada sobre territórios de interesse coletivo e social. Por apenas 50 reais/10 euros por hectare, o governo ecocida faz uma verdadeira pechincha com os bens comuns do Brasil.” Leia a carta do Grupo Carta de Belém na íntegra em português aqui: <http://bit.ly/AmazôniaÀVenda> . Outra notícia preocupante foi divulgada pelo BBC Brasil através de um documentário onde mostra no estado amazônico Rondônia a ação criminosa pela qual áreas dentro de reservas ambientais e territórios indígenas estão sendo anunciadas na seção ‘venda de imóveis residenciais’ do Marketplace, espaço do Facebook aberto a todos os usuários. Veja o documentário na íntegra aqui: https://www.youtube.com/watch?v=QpTMqTo_ycc

Em busca dos unicórnios do carbono: o engano dos mercados de carbono e da emissão líquida zero

Uma publicação recente (*Chasing Carbon Unicorns: The Deception of Carbon Markets and “Net Zero”*) desvenda a ciência por trás das alegações de emissão “líquida zero” e como elas são usadas para ocultar a falta de ações com relação ao clima. Exploram-se as novas estratégias para expandir os mercados de compensação de carbono, vinculadas a uma nova demanda de emissão “líquida zero” para compensações. A publicação, apoiada por nove organizações, conclui que um futuro com combustíveis fósseis exigirá unicórnios do carbono, ou seja, algo fascinante, mas impossível de encontrar. Leia a publicação aqui, em português. <https://www.foei.org/wp-content/uploads/2021/02/Amigos-da-terra-internacional-unicornios-de-carbono-portugues.pdf>

Várias organizações denunciam a UPM à ONU

Foi apresentada uma demanda ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU para verificar os impactos negativos e possíveis violações aos direitos humanos no Uruguai devido às condições estabelecidas no contrato de investimento firmado entre a multinacional finlandesa UPM e o governo, para instalar uma nova fábrica de celulose no país.

“A UPM decidiu selecionar e avaliar os impactos sobre os direitos humanos que eram de sua preferência, e disse que essas ‘decisões serão tomadas considerando os melhores interesses da UPM’ e protegendo ‘os ativos e as informações, o sucesso financeiro [...] e o crescimento da empresa’ como algo fundamental [...] para as partes interessadas”, disse Ville-Veikko Hirvelä, representando as organizações reclamantes. Leia mais aqui, em espanhol.

<http://www.guayubira.org.uy/2021/02/comite-de-derechos-economicos-sociales-y-culturales-de-la-onu-cdesc-comenzo-a-tratar-denuncia-sobre-las-actividades-de-upm-en-uruguay/>

Moçambique: Nossas vidas valem mais que gás!

Um novo videoclipe intitulado “Cabo Delgado Chora”, produzido pela Justiça Ambiental JAI!, pretende ajudar na luta contra o projeto de gás em Cabo Delgado, Moçambique. Assista ao videoclipe em português, aqui. <https://www.youtube.com/watch?v=hHKcJL6YPtY&feature=youtu.be>

Um relatório de junho de 2020 mostra como o Estado francês, grandes bancos privados como BNP Paribas, Société Générale e Crédit Agricole, e a gigante dos combustíveis fósseis Total, são alguns dos maiores beneficiários dos impactos devastadores da indústria do gás em Cabo Delgado. O relatório inclui informações detalhadas e atualizadas sobre a realidade local e divulga até onde as autoridades francesas foram para garantir que sua economia, os banqueiros, os combustíveis fósseis e a indústria de armamentos tivessem os maiores lucros com a exploração do gás, mesmo que isso significasse devastação do meio ambiente, da vida, da economia e do clima locais. Acesse o relatório em português (https://www.foei.org/wp-content/uploads/2020/06/Gas-Mocambique_Portuguese.pdf)

Libéria: denunciadas violações de direitos e desmatamento que se mantêm há muito tempo

Em fevereiro de 2021, um relatório amplo confirmou as antigas alegações de que a Golden Veroleum Liberia, uma empresa controlada pelo conglomerado Golden Agri Resources (GAR) – com sede em Cingapura e a segunda maior empresa de óleo de dendê do mundo – cometeu desmatamento generalizado em mil hectares de floresta, violou os direitos territoriais e culturais das comunidades locais, incluindo o direito ao consentimento prévio e

informado, e descumpriu exigências sociais sobre necessidades básicas e sobre queixas e remediação. Leia o Resumo da Queixa da HCSA (em inglês) aqui.

<http://highcarbonstock.org/hcsa-grievance-mechanism/hcsa-gm-2018-1/>

Malásia. Óleo de dendê e direito internacional: uma história de dois pesos e duas medidas

As restrições da União Europeia aos combustíveis à base de óleo de dendê são retratadas pelo governo da Malásia como uma ameaça a milhares de pequenos proprietários que dependem desse setor. Mas será que a maioria dos pequenos produtores e trabalhadores do setor de dendê está obtendo uma renda considerável? Enquanto a Malásia se orgulha de ser um dos maiores produtores mundiais de dendê, a maioria dos trabalhadores das plantações, principalmente mulheres e famílias pobres, permanece invisível em suas condições de vida deprimentes e ganha muito pouco, em claro contraste com os ricos e poderosos proprietários de grandes plantações. As autoridades malaias continuam ignorando o pedido de ajuda de mulheres que sofrem violência e assédio sexual há muito tempo. Leia mais, em inglês, aqui.

<https://aliran.com/thinking-allowed-online/palm-oil-and-international-law-a-tale-of-double-standards/>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 254 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Diante de ameaças e imposições nas florestas, os povos defendem e retomam seus espaços de vida"** (<https://wrm.org.uy/pt>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
"Crime, poder e impunidade nas florestas"?

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguay

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>